

RELATÓRIO E CONTAS

FUTEBOL CLUBE DO PORTO

de 1 de Julho de 2016
a 30 de Junho de 2017

2016 2017





Futebol Clube do Porto

Relatório e Contas 2016/2017

A. RELATÓRIO DA DIREÇÃO

1. Órgãos Sociais
2. Mensagem do Presidente
3. Relatório da Direção
4. Época em Revista
5. Proposta de Aplicação dos Resultados

B. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

1. Balanços
2. Demonstrações dos Resultados por Naturezas
3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio
4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa
5. Anexo às Demonstrações Financeiras

C. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

D. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E DISCIPLINAR

E. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Movimento Associativo
2. Títulos Honoríficos atribuídos em Assembleia Geral

A. RELATÓRIO DE DIREÇÃO

FUTEBOL CLUBE DO PORTO

Fundado em 28 de Setembro de 1893

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Mérito Desportivo da C.M.Porto

Cruz Vermelha de Benemerência

Medalha de Mérito Desportivo

Medalha de Ouro de Honra da Cidade

Medalha de Honra de Mérito Desportivo

Membro Honorário da Ordem do Infante Dom Henrique

Grande Colar de Honra ao Mérito Desportivo

Membro Honorário da Ordem de Mérito

Sede e Serviços Administrativos

Estádio do Dragão

Via FC Porto - Entrada Nascente, Piso 3

4350 - 415 Porto

Telefone: 22 557 04 00

Fax: 22 557 04 98

E-mail: fcporto@fcporto.pt

www.fcporto.pt

Recintos Desportivos

Estádio do Dragão

Dragão Caixa

Vitalis Park – Constituição

Centro de Treinos e Formação Desportiva PortoGaia

Modalidades

Andebol – Basquetebol – Bilhar – Boxe – Ciclismo

Desporto Adaptado – Hóquei em Patins – Natação

1. Órgãos Sociais

CORPOS GERENTES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	José Manuel de Matos Fernandes
Vice Presidente	Rui Miguel de Sousa Simões Fernandes Marrana
Secretários	Fernando Maria Novo Sardoeira Pinto Joaquim Manuel de Sousa Ribeiro
Suplentes	António José Correia Amaro de Sousa Magalhães Antero Tavares de Castro Ludgero Barreira Castro Luís Guilherme Cudell de Azevedo Campos

DIREÇÃO

Presidente	Jorge Nuno de Lima Pinto da Costa
Vice Presidentes	Adelino Sá e Melo Caldeira Alípio Jorge Calisto Fernandes Eduardo Jorge Tentúgal Valente Emídio Ferreira dos Santos Gomes Fernando Manuel dos Santos Gomes (Pelouro Financeiro)
Vogais	António Manuel Leitão Borges Eurico Fernando Queirós Pinto Joaquim Manuel Machado Faria e Almeida Luís Joaquim de Sousa Fernandes Rodrigo Afonso Pinto de Magalhães Pinto Barros Vítor Hugo Barbosa Carvalho da Silva

CONSELHO FISCAL E DISCIPLINAR

Presidente	José Paulo Sá Fernandes Nunes de Almeida
Vice Presidente	Jorge Luís Moreira Carvalho de Guimarães
Secretário	Filipe Carlos Ferreira Avides Moreira
Relatores de Contas	Armando Luís Vieira de Magalhães José Augusto dos Santos Saraiva
Relator de Contencioso	André Ferreira Antunes
Relator de Sindicância	José Pedro Busano de Sousa Vieira
Suplentes	Luís Filipe dos Santos Almeida Monção Mário Nuno Chaves Soares

ORGÃOS CONSULTIVOS

CONSELHO SUPERIOR

EFETIVOS:

José Lourenço Pinto
Felisberto Ferreira Querido
Álvaro Cabral Teixeira Bastos
António Bernardino Peixoto Madureira
António Gonçalves Bragança Fernandes
António José da Silva Pinto Sousa Magalhães
Eduardo Vítor Magalhães Rodrigues
Fernando Cerqueira
Fernando José Guimarães Freire de Sousa
Jorge filipe Vieira Correia
Jorge Rui Moia Pereira Cernades
José Barbosa Mota
José Manuel Neves
Lúcio Alberto Assunção Barbosa
Manuel António de Sá Ferreira da Silva
Manuel Francisco Pizarro Sampaio Castro
Manuel Guilherme Gonçalves Macedo
Nuno Magalhães Silva Cardoso
Raúl Peixoto
Vítor Guilherme B. Pereira Dias

SUPLENTE:

António Fernando Maia Moreira de Sá
Agostinho Manuel Durães Rocha
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Deocléciano Jesus Ferreira Carvalho
Emílio Fernando Macedo de Sousa
Jorge Pedro Ferreira Gonçalves Pereira
José Ribeiro
Júlio Manuel Ferreira Matos
Justino da Cruz Santos
Paulo Ramalheira Teixeira

2. Mensagem do Presidente

Caros consócios,

Mais um ano desportivo se fechou, com o FC Porto na vanguarda do desporto nacional. Na época a que se refere este relatório não posso deixar de destacar as equipas de hóquei em patins e ciclismo, que cumpriram os objetivos maiores a que se propuseram. No hóquei, modalidade em que o FC Porto tem um historial ímpar, recuperamos o título nacional, a que juntamos a dobradinha, com a Taça de Portugal. No ciclismo, repetimos com brilhantismo a conquista da Volta a Portugal, a prova para que todas as equipas apontam, dando razão ao acerto da parceria com a W52.

Em grande esteve uma vez mais o bilhar, que conseguiu juntar o título nacional ao título europeu, um objetivo que a secção perseguia e que demonstra como a perseverança e o empenho são normalmente premiados. Parabéns a todos os que contribuíram para mais um ano de pleno sucesso.

No FC Porto joga-se sempre para ganhar, mas nem sempre se consegue chegar ao objetivo, que foi o que aconteceu no andebol e no basquetebol, embora na como primeira consequência de imprevistos que não podemos controlar, como foram as arbitragens, em especial no último minuto do jogo da Luz, em que nos foi impedido obter o resultado que fazia o FC Porto campeão.

Uma palavra ainda para as modalidades como a natação e o desporto adaptado, talvez aquelas que melhor ilustram um dos nossos desígnios, que tem a ver com a prática do desporto como primeiro patamar para a competição. Em ambos os casos o ano foi mais uma vez amplamente satisfatório.

Finalmente, recordar a todos que o FC Porto cumpriu integralmente o plano de pagamentos dos créditos que permitiram construir o Estádio do Dragão e que hoje está totalmente pago e podemos dizer que o nosso estádio é mesmo de todos nós.

Jorge Nuno Pinto da Costa

3. Relatório da Direção

Senhores Associados,

No cumprimento das obrigações estatutárias do Clube, a Direção vem submeter à apreciação dos Senhores Associados as contas relativas ao período compreendido entre 1 de julho de 2016 e 30 de junho de 2017.

O Relatório e Contas, agora apresentado, foi elaborado em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis. Cumprindo com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, o Futebol Clube do Porto aplicou, pela 1ª vez em 2010/2011, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”). As análises que constam neste relatório foram feitas tendo como base o novo normativo, dando assim uma imagem verdadeira e apropriada dos resultados e da situação patrimonial desta instituição. Assim, pretende-se dar a conhecer aos Sócios a real situação económico-financeira do Clube de uma forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Da leitura deste Relatório, os Senhores Associados poderão conhecer os principais aspetos de natureza económica e financeira do Clube, bem como os feitos mais importantes da atividade desportiva, na época 2016/2017.

Desportivamente, como tem sido apanágio de todas as modalidades sobre a égide do Futebol Clube do Porto, foram conquistados vários troféus que continuam a encher o Museu do Clube.

A equipa sénior de andebol, depois de uma primeira fase do campeonato com cem por cento de vitórias, foi eliminada na penúltima jornada da fase final, não recuperando assim o título de campeão nacional que havia perdido em 2015/2016, após conquistá-lo durante sete temporadas. Nas competições internacionais, a equipa qualificou-se para a fase de grupos da Taça EHF, na qual obteve o terceiro lugar.

O basquetebol, após uma temporada brilhante, iniciou a época 2016/2017 com a conquista da Supertaça. No entanto, o título de campeão nacional não foi conseguido. De enaltecer o excelente trabalho da formação, com a conquista do Campeonato Nacional de Sub-18.

Naquela que poderá ser considerada a época mais brilhante de sempre da modalidade, o bilhar do FC Porto sagrou-se campeão europeu na variante às três tabelas, um título que era perseguido há 60 anos. O palmarés da seção não para de aumentar e na época em análise o FC Porto sagrou-se campeão da Europa, campeão nacional e vencedor da Taça de Portugal, Supertaça e do Torneio de Abertura (três tabelas); campeão nacional e vencedor da Taça de Portugal e Supertaça em snooker; e ainda campeão nacional em pool feminino. Também a nível individual foram conquistados vários títulos, com destaque para Daniel Sánchez que se sagrou campeão do Mundo na variante três tabelas.

Instalado desde janeiro de 2016 na Piscina de Campanhã, o boxe conquistou vários títulos, tanto a nível coletivo como individual, masculinos e femininos. A secção tem vindo a crescer em termos de número de praticantes, devido às condições que agora oferece, e a apostar na formação.

O FC Porto voltou às estradas nacionais em 2016, onde foi a melhor formação a nível nacional e a que mais vitórias acumulou ao longo da época desportiva, destacando-se a prestigiada Volta a Portugal. Em 2017 (as épocas do ciclismo correspondem aos anos civis), já depois do fecho do período em análise, os ciclistas azuis e brancos, Raúl Alarcón e Amaro Antunes, foram respetivamente, vencedor e segundo lugar da Volta a Portugal.

A época do desporto adaptado ficou marcada pelos excelentes resultados desportivos nas principais modalidades – boccia, futebol de sete, natação e ténis de mesa – e com o aumento do número de atletas convocados para representações nacionais, com destaque para a presença dos nossos atletas nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro.

No futebol a época ficou muito aquém das expetativas, não tendo a equipa principal conquistado qualquer título. No entanto, esta temporada trouxe boas notícias em relação ao futuro, com o FC Porto B a conquistar a Premier League International Cup e a equipa Sub-19 a atingir os quartos de final da UEFA Youth League, caindo na Catalunha, aos pés do Barcelona (2-1).

Para o hóquei em patins a época 2016/2017 foi excelente. O FC Porto fez o chamado “tripleto”, com a conquista do Campeonato nacional, que fugia desde 2012/13, a Supertaça António Livramento e a Taça de Portugal. A prestação nas provas europeias, onde o hóquei azul e branco participa regularmente, terminou nos quartos de final com a equipa a ser derrotada pelo campeão da prova.

Na sua nova casa, a Piscina de Campanhã, que sofreu obras profundas apresentando-se agora completamente remodelada e modernizada, a natação do FC Porto continuou, na época desportiva 2016/2017, a afirmar-se como um prestigiante emblema desportivo, tendo juntando vários títulos individuais. Coletivamente, as até aí octocampeãs conseguiram a prata no Nacional de clubes.

Passando agora à análise do desempenho económico-financeiro do Futebol Clube do Porto, torna-se importante referir que o resultado líquido apresentado deriva não só da atividade desenvolvida por esta instituição, com os custos e proveitos gerados, mas também pelos resultados das empresas suas participadas, em função da percentagem detida, tal como exige o atual normativo contabilístico.

O Futebol Clube do Porto apresenta, no exercício 2016/2017, um resultado líquido de 747m€, o que contrasta com o resultado obtido na época anterior em que foi negativo em 11.625m€. A grande variação relativamente a 2015/2016 está relacionada com o desempenho das sociedades participadas, que influenciaram as contas do Clube de forma completamente distinta nos dois exercícios em análise, como se pode verificar da análise do quadro seguinte:

(valores expressos em milhares de euros)

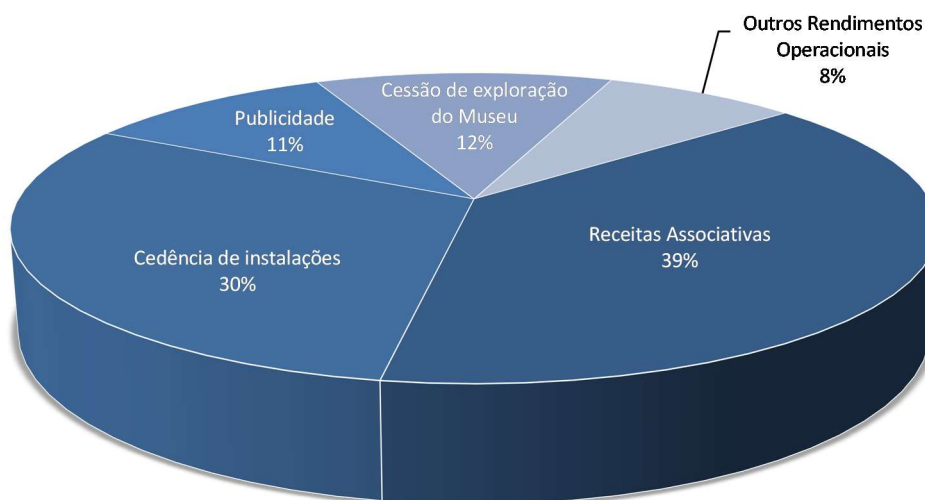
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	2016/2017	2015/2016	Dif.
Rendimentos Operacionais			
Excluindo Ganhos em Participações Financeiras	12 092	12 296	-204
Gastos Operacionais			
Excluindo Perdas em Participações Financeiras	-11 801	-12 007	206
Resultados Operacionais	290	288	2
Excluindo Resultados em Participações Financeiras			
Rendimentos Financeiros	12	18	-6
Gastos de Financiamento	-68	-135	67
Resultados	234	171	63
Excluindo Resultados em Participações Financeiras			
Ganhos em Participações Financeiras	529	597	-68
Perdas em Participações Financeiras	0	-12 379	12 379
Resultados	763	-11 611	12 374
Antes de Impostos			
Imposto sobre o rendimento	-16	-14	-2
Resultado Líquido do Exercício	747	-11 625	12 372
EBITDA	1 825	1 784	41

O resultado líquido do FC Porto, como visto no quadro acima, é constituído por 3 componentes relevantes:

- Resultados Operacionais excluindo resultados em participações financeiras,
- Resultado Financeiro e
- Resultados com participações financeiras.

Analisando a estrutura de Rendimentos operacionais, excluindo ganhos em participações financeiras, verifica-se que existem quatro grandes fontes de rendimentos: as receitas associativas, a cedência de instalações, as receitas obtidas pela cessão de exploração do Museu e a publicidade.

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS (excluindo Ganhos em Participações Financeiras)



Comparativamente ao exercício anterior verifica-se uma diminuição dos rendimentos operacionais, excluindo ganhos em participações financeiras, em 204m€, tendo a evolução das rubricas que os compõem sido diferenciadas face ao período homólogo, ainda que os valores apresentados não tenham sofrido variações significativas.

(valores expressos em milhares de euros)

RENDIMENTOS OPERACIONAIS excluindo ganhos em participações financeiras	2016/2017	2015/2016	Dif.
Receitas Associativas	4 691	4 869	-178
Cedência de instalações	3 652	3 563	89
Publicidade	1 268	1 519	-252
Cessão de exploração do Museu	1 500	1 500	0
Outros Rendimentos Operacionais	981	844	136
TOTAL	12 092	12 296	-204

As receitas associativas caíram ligeiramente durante o período em análise. Os proveitos angariados com a cobrança de quotas e joias de inscrição de novos sócios cresceu face a 2015/2016, no entanto, nesse exercício, as receitas relativas à emissão de novos cartões foram excecionalmente elevadas, ainda na sequência do mais recente processo de renumeração de sócios.

Relativamente à cedência de instalações, as receitas angariadas aumentaram 89m€ principalmente devido ao facto do FC Porto estar a arrendar, a partir do exercício em análise, um novo espaço para os estúdios do Porto Canal, situados no piso -4 do Estádio do Dragão.

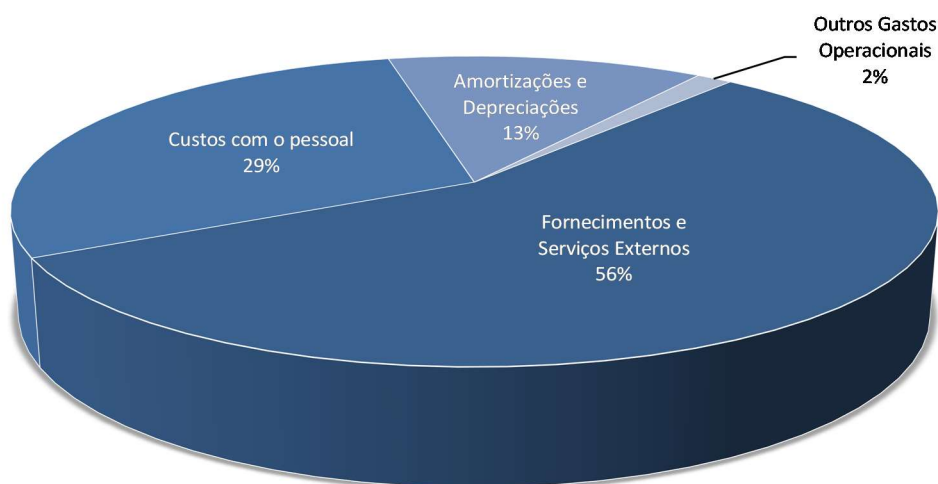
Os proveitos de publicidade diminuíram 252m€, nas contas do Clube, uma vez que este deixou de faturar, à participada PortoComercial, a cedência de exploração dos vídeo screens, dos quais eram proprietário. O equipamento que existia desde a inauguração do Estádio do Dragão em 2014 foi substituído, tendo sido adquiridos dois novos painéis pela PortoComercial, que explora comercialmente este suporte publicitário.

As receitas com a cessão de exploração do museu, que inclui a especialização do montante pago pela PortoComercial para garantir o direito à exploração do “Museu FC Porto by BMG” manteve-se estável, uma vez que esse valor foi definido contratualmente para vigorar por um período de oito anos.

Os Outros rendimentos operacionais que englobam outros proveitos ainda não referidos, de menor dimensão, nomeadamente bilhetes e lugares anuais para jogos realizados no Dragão Caixa e também os proveitos advindos do Dragon Force que funciona já para as modalidades de andebol, basquetebol, bilhar, hóquei e natação, subiram 136m€ face ao período homólogo.

Tendo agora em consideração a estrutura de custos operacionais, excluindo perdas em participações financeiras, destacam-se as seguintes componentes.

ESTRUTURA DOS GASTOS OPERACIONAIS (excluindo Ganhos em Participações Financeiras)



Também comparando com o exercício anterior, verifica-se um decréscimo global dos gastos operacionais, excluindo perdas em participações financeiras, de 206m€.

(valores expressos em milhares de euros)

GASTOS OPERACIONAIS excluindo perdas em participações financeiras	2016/2017	2015/2016	Dif.
Fornecimentos e Serviços Externos	6 636	7 467	-831
Custos com o pessoal	3 431	2 954	477
Amortizações e Depreciações	1 557	1 496	62
Outros Gastos Operacionais	177	91	86
TOTAL	11 801	12 007	-206

Apesar do aumento considerável dos custos assumidos com a conservação e reparação das infraestruturas detidas pelo FC Porto, verificou-se uma diminuição dos custos globais com

fornecimentos e serviços externos. Este decréscimo ficou a dever-se, principalmente, ao término do protocolo celebrado com a PortoMedia, empresa do Grupo FC Porto detentora da gestão do “Porto Canal”, para prestação de serviços de edição, produção e exibição de conteúdos relacionados com as modalidades geridas pelo FC Porto, o seu Museu, a sua história e outros eventos.

Os custos com o pessoal aumentaram 477m€ face ao exercício homólogo, devido principalmente ao crescimento das remunerações de atletas. Adicionalmente, verificou-se também um aumento dos custos suportados com seguros de acidentes de trabalho e gastos de ação social.

As amortizações e depreciações cresceram ligeiramente no período em análise, 62m€, refletindo o investimento constante nas infraestruturas do FC Porto.

Os ‘Outros Gastos Operacionais’, onde estão representados os custos de menor expressão não referidos, e que representam apenas 1% do total, aumentaram 86m€ face ao período homólogo.

Importa agora adicionar a esta análise as rubricas relacionadas com os financiamentos do Clube.

(valores expressos em milhares de euros)

RESULTADOS FINANCEIROS	2016/2017	2015/2016	Dif.
Rendimentos Financeiros	12	18	-6
Gastos de Financiamento	68	135	-67
RESULTADO FINANCEIRO	-56	-117	61

Dado que o FC Porto já não está a pagar juros relativos ao financiamento para a construção dos imóveis do FC Porto, à exceção da Sede Antiga com um valor diminuto, os gastos de financiamento são bastante reduzidos.

Em Rendimentos financeiros incluem-se exclusivamente os dividendos que o FC Porto obteve da sua participada PortoSeguro, onde detém uma participação de 5%.

Por último, englobamos os resultados com participações financeiras, com um impacto positivo de 529m€ nas contas do FC Porto.

(valores expressos em milhares de euros)

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	2016/2017	2015/2016	Dif.
Ganhos em Participações Financeiras	529	597	-68
Perdas em Participações Financeiras	0	12 379	-12 379
RESULTADOS COM PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	529	-11 782	12 311

Este resultado refere-se à participação do Clube nos resultados líquidos das empresas suas participadas, em função da percentagem detida.

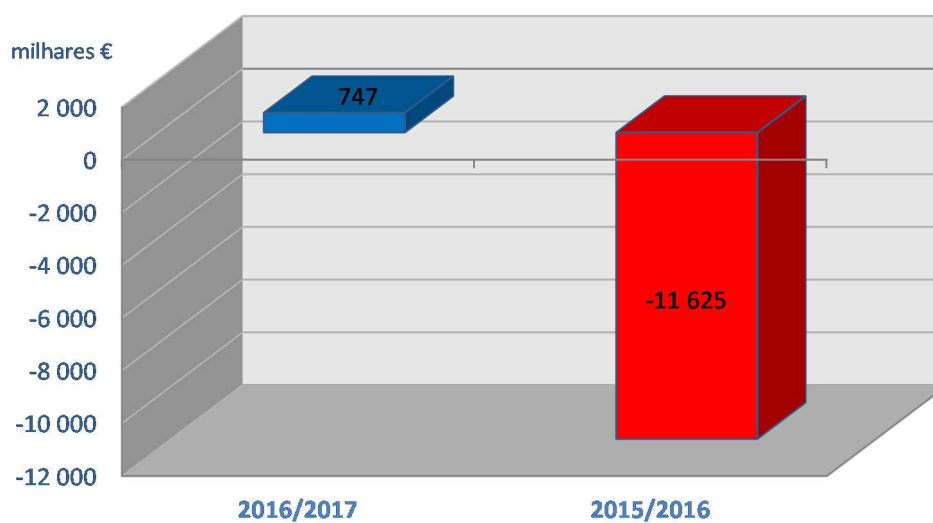
Em 2015/2016, o FC Porto registou a sua quota-parte nos resultados negativos obtidos nesse exercício pela FC Porto – Futebol, SAD e FC Porto – Serviços Partilhados, e os positivos da EuroAntas, que foram respetivamente de 58.411m€ e 24m€ negativos, e 1.127m€ positivos, pelo que o FC Porto registou contabilisticamente o proporcional dos prejuízos / lucros apurados nestas empresas até ao limite da sua participação, ou seja, não foi reconhecido qualquer passivo relativamente à proporção do Clube nos prejuízos acumulados da sociedade desportiva que excedeu o valor pelo qual o investimento se encontrava registado.

Em 30 de Junho de 2017 reflete a participação nos resultados positivos obtidos pelas sociedades suas participadas nesse período, a EuroAntas e a FC Porto – Serviços Partilhados, que foram respetivamente de 912m€ e 48m€. Não foram contabilizadas perdas na participação financeira relativa à FC Porto – Futebol, SAD, apesar do resultado líquido negativo que esta sociedade apresentou no período em análise, uma vez que o Clube já havia reconhecido perdas na sociedade desportiva até ao limite da sua participação financeira.

Finalmente, o último item que compõe o resultado do FC Porto, o imposto sobre o rendimento, que apresenta, no período em análise, o valor de 16m€, um valor não muito diferente do registado em 2015/2016.

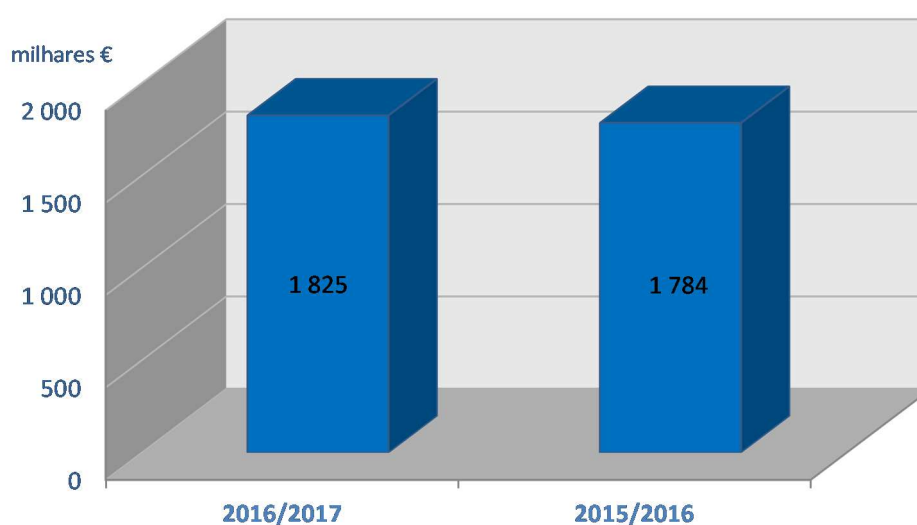
A combinação dos fatores descritos levou à obtenção de um resultado líquido de 747m€, o que contrasta com os 11.625m€ negativos obtidos no período homólogo.

Resultado Líquido

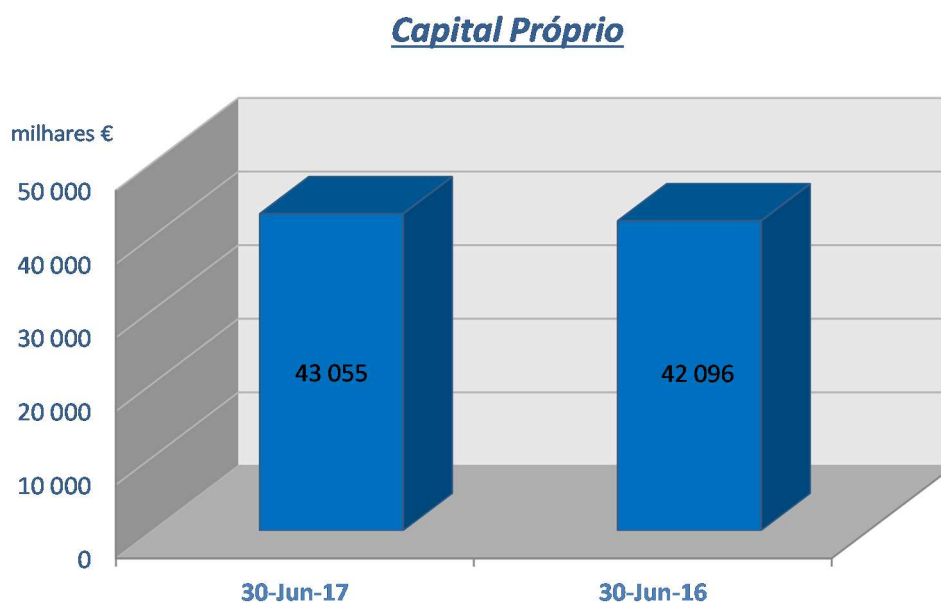


No entanto, se observarmos o EBITDA – cash-flow operacional medido pelo resultado operacional, líquido de amortizações, perdas de imparidade e provisões – verificamos que o valor apresentado é positivo em ambos os exercícios, uma vez que este indicador expurga também os resultados obtidos em participações financeiras.

EBITDA

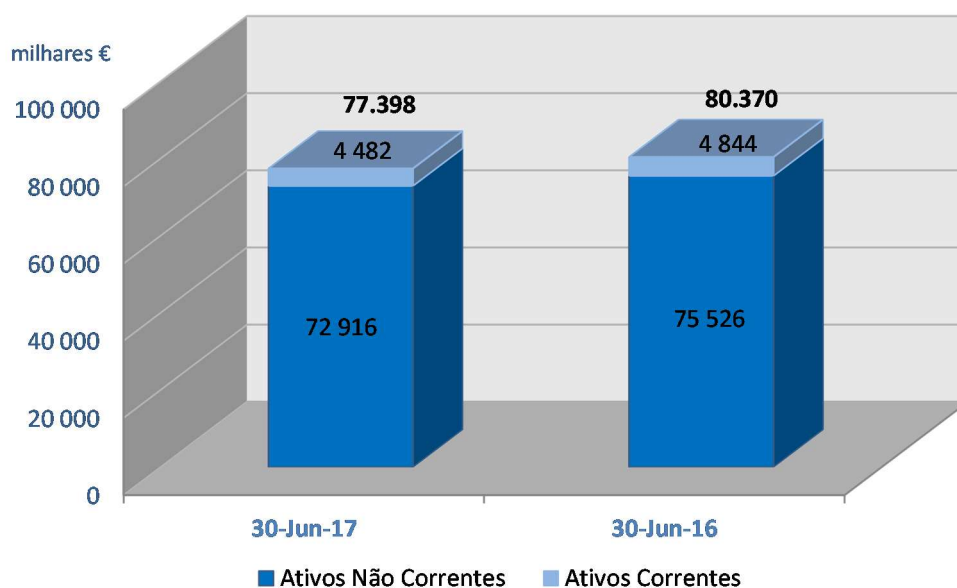


Tendo agora em consideração a situação patrimonial do FC Porto, destaca-se a robustez do capital próprio, que atinge os 43.055m€ em 30 de Junho de 2017, fortalecido com a incorporação do resultado líquido apresentado no exercício.



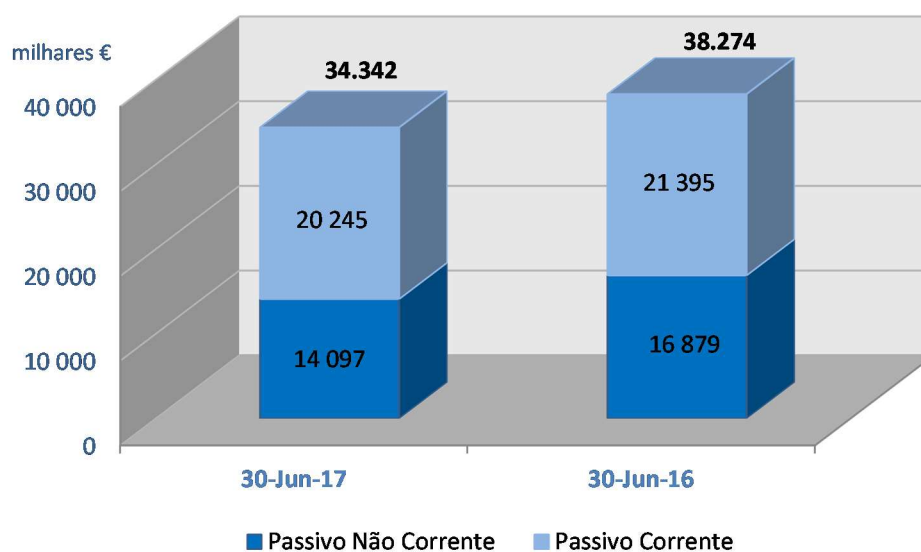
No que diz respeito ao ativo da sociedade verificou-se uma diminuição de 2.973m€ face a 30 de junho de 2016, devido à redução do valor líquido dos Ativos fixos tangíveis, que deriva do impacto das amortizações.

Ativo



O passivo do FC Porto ascende, em 30 de Junho de 2017, a 34.342m€, tendo-se verificado uma diminuição de 3.932m€ relativamente ao final do exercício anterior. O passivo remunerado, assente nos empréstimos bancários, diminuiu 1.368m€ neste exercício, apresentando agora um total de apenas 3.110m€. Verificou-se também uma diminuição dos diferimentos, proporcional à contabilização como receita neste exercício da cessão de exploração do museu.

Passivo



Em 30 de junho de 2017 não existem dívidas em mora ao Estado e a situação das Sociedades do Grupo perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A estrutura patrimonial do FC Porto encontra-se resumida no quadro seguinte:

<i>valores em milhares de euros</i>			
Balanço	30-Jun-17	30-Jun-16	Dif.
Ativos Não Correntes	72 916	75 526	-2 610
Participações financeiras - equivalência patrimonial	43 234	42 616	618
Ativos fixos tangíveis	17 000	19 774	-2 774
Outros Ativos Não Correntes	12 681	13 136	-454
Ativos Correntes	4 482	4 844	-363
Clientes	1 962	891	1 071
Caixa e depósitos bancários	140	540	-401
Outros Ativos Correntes	2 380	3 412	-1 033
TOTAL DO ATIVO	77 398	80 370	-2 973
Capital Próprio	43 055	42 096	960
Ajustamentos em Ativos financeiros	-51 171	-51 307	136
Resultado Líquido do período	747	-11 625	12 372
Capital Próprio - Outros	93 479	105 028	-11 549
Passivo Não Corrente	14 097	16 879	-2 782
Provisões	1 363	1 483	-120
Financiamentos obtidos	1 895	2 989	-1 095
Outras contas a pagar	10 839	12 407	-1 567
Passivo Corrente	20 245	21 395	-1 150
Fornecedores	15 308	15 898	-591
Financiamentos obtidos	1 216	1 489	-273
Outras contas a pagar	3 722	4 008	-286
Total do Passivo	34 342	38 274	-3 932
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	77 398	80 370	-2 973



O Clube perspetiva vir a ter, no exercício 2017/2018, contas equilibradas, sem descurar a capacidade de atuar ao mais alto nível em todas as modalidades.

A Direção do Futebol Clube do Porto louva o espírito de dedicação de todos os colaboradores do Grupo, a cooperação dos Órgãos Sociais, principalmente o apoio incondicional com que a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e Disciplinar e o Conselho Superior desempenharam as funções que legal e estatutariamente lhes são confiadas.

Por último, é ainda devida uma palavra de apreço aos Senhores Associados pelo apoio que sempre nos prestaram e pela confiança demonstrada no projeto desta Direção.

É esta paixão pelo FC Porto que nos une e empurra para o sucesso.

A DIREÇÃO

4. Época em Revista

ANDEBOL

A época desportiva acabou por se revelar dececionante. Depois de uma primeira fase do Campeonato nacional absolutamente irrepreensível, com 26 vitórias em outros tantos jogos disputados, a equipa sénior acabou por deixar fugir o título de campeão nacional na penúltima jornada da fase final. Este jogo ficará para sempre marcado por imensas dúvidas quanto aos critérios adotados pela dupla de arbitragem nos lances decisivos do encontro.

À semelhança do campeonato nacional, a época não correu de feição nas outras duas competições internas, com o FC Porto a ser vencido na Supertaça e nas meias-finais da Taça de Portugal. Nas competições internacionais os Dragões eliminaram os georgianos do Batumi, os eslovenos do Koper e os austríacos do Bregenz, qualificando-se para a fase de grupos da Taça EHF, na qual obtiveram o terceiro lugar do grupo B.

A estrutura base do plantel sénior manteve-se face à época anterior, não obstante a forte aposta de outros emblemas no mercado internacional. Do lado do FC Porto houve a assinalar a saída de Gilberto Duarte para a Polónia, que foi colmatada com a contratação de um internacional croata para o mesmo posto específico, Nikola Spelic. Nas últimas épocas desportivas tem sido inevitável a saída de atletas emblemáticos para os melhores campeonatos europeus, o que denota a qualidade do trabalho desenvolvido na formação. A integração de jovens valores na equipa principal continua a ser uma realidade e representa uma das melhores formas de lidar, a longo prazo, com o permanente interesse pelos atletas mais conceituados do FC Porto.

Na época 2017/18, que arrancou em setembro, o principal objetivo é a conquista do título nacional, contando o FC Porto para tal com um plantel forte e uma equipa técnica renovada, liderada pelo dinamarquês Lars Walther.

BASQUETEBOL

Depois de um ano fantástico, que terminou com a conquista da Liga Portuguesa no regresso ao escalão principal, o FC Porto encarou a época 2016/17 com a responsabilidade da defesa desse título,

reforçando-se com elementos que seriam decisivos para equilibrar as possibilidades de lutar com o Benfica, adversário mais direto e principal rival. Essa estratégia traduziu-se, logo no começo da temporada, com a conquista da Supertaça.

Os jogadores estrangeiros têm um papel decisivo nos resultados desta modalidade e o seu rendimento acabou por ser influenciado por uma onda de lesões. Os Dragões terminaram a segunda fase da Liga no primeiro lugar e atingiram a final dos play-offs após seis vitórias em seis jogos, mas o objetivo do título não foi conseguido.

Por último, mas não menos importante, refira-se a conquista do Campeonato Nacional de Sub-18, assim como a participação da maior parte desses atletas na Proliga, através da equipa Dragon Force, o que traduz o excelente trabalho de desenvolvimento e aproveitamento dos escalões mais jovens, com o objetivo de integração de novos talentos no plantel principal.

BILHAR

A secção alcançou em 2017 o almejado topo da pirâmide, ao sagrar-se campeã europeia na variante às três tabelas, um título que era perseguido há 60 anos. Foi uma vitória da persistência, do carácter e da enorme classe dos atletas, que elevaram o prestígio internacional do FC Porto. Os seus nomes: Daniel Sánchez, Torbjörn Blomdahl, Rui Manuel Costa, João Ferreira, Manuel Santos Oliveira, Alípio Jorge, Fernando Cunha e Coriolano Santos.

Naquela que poderá ser considerada a época mais brilhante de sempre, o bilhar do FC Porto sagrou-se campeão da Europa, campeão nacional e vencedor da Taça de Portugal, Supertaça e do Torneio de Abertura (três tabelas); campeão nacional e vencedor da Taça de Portugal e Supertaça em snooker; e ainda campeão nacional em pool feminino.

No plano individual, destaque para Daniel Sánchez, que na variante três tabelas se sagrou campeão do Mundo, ganhou a medalha de ouro nos Jogos Mundiais e venceu a Taça do Mundo em Luxor (Dick Jaspers venceu a prova disputada em Bursa, na Turquia). Myung Woo Cho é ainda campeão do Mundo júnior, enquanto Rui Manuel Costa se sagrou campeão nacional e vencedor da Taça de Portugal. No pool feminino, Amália Matas conquistou o título de campeã da Europa e, no snooker, Nuno Santos venceu a Taça de Portugal.

A comunidade bilharista mundial conhece também o FC Porto pela excelência das suas organizações internacionais. Voltou a ser assim esta época desportiva, com a fase final da Taça da Europa de Clubes, por outorga da Confederação Europeia de Bilhar (CEB), pela segunda vez consecutiva, e que acabaria por resultar no título europeu. Em 2018, e dada a excelência da organização, a CEB, numa decisão inédita, convidou o FC Porto para organizar a Taça da Europa (qualificações e final), nas celebrações do 60.º aniversário da competição. Por decisão da União Mundial de Bilhar, o FC Porto acolheu mais uma vez, no Dragão Caixa, uma das etapas da Taça do Mundo, considerada a melhor organização do circuito.

BOXE

O departamento de boxe, instalado desde janeiro de 2016 na Piscina de Campanhã, tem vindo a crescer em termos de número de praticantes, devido às condições que agora oferece. A formação, a partir dos 12 anos, tem sido uma das principais preocupações da secção, que continua a disputar títulos e a participar em várias galas.

No período em análise, há a registar a conquista do Campeonato nacional de seniores masculinos por equipas e, a título individual, do Campeonato nacional de juniores masculinos na categoria 52 kg (Márcio Cardoso), do Campeonato nacional de seniores femininos, nas categorias +81 kg (Cátia Pereira) e 64 kg (Eva Branco), do Campeonato nacional de cadetes masculinos, na categoria 54 kg (Fábio Silva), e do Campeonato nacional de juniores femininos, na categoria 57 kg (Sara Pinto).

CICLISMO

As épocas do ciclismo correspondem aos anos civis, pelo que teremos de regressar à Volta a Portugal de 2016, em que o W52-FC Porto-Porto Canal se revelou demolidor. Foi a equipa que mais vitórias obteve em etapas, tendo triunfado nas mais difíceis e emblemáticas, em Mondim de Basto (Senhora da Graça) e Guarda (após passagens pela Torre). Os Dragões conseguiram o primeiro (Rui Vinhas), segundo (Gustavo Veloso, camisola verde) e quarto lugares (Raúl Alarcón) da geral individual, bem como o primeiro por equipas, com mais de 16 minutos de vantagem sobre a segunda colocada.

À parceria com a W52, juntou-se em 2017 a Mestre da Cor, compondo assim a W52-FC Porto-Mestre da Cor, formada por 14 ciclistas. A época começou em fevereiro, na Volta à Comunidade Valenciana, e prosseguiu no Algarve, onde Amaro Antunes venceu a mítica etapa do Alto do Malhão e terminou no quinto lugar de uma geral recheada de grandes ciclistas do World Tour. Porém, no frente a frente com equipas de escalões mais elevados do ranking internacional, o maior feito foi a vitória de Raúl Alarcón na Volta às Astúrias, a primeira do clube no estrangeiro desde o regresso à modalidade, em 2016. O ciclista espanhol seria ainda 2.º na geral da Volta a Madrid, com o mesmo tempo do vencedor. Na Volta a Castela e Leão, João Rodrigues foi coroado rei da montanha.

O grande momento da época 2017 ocorreu já depois do fecho do período em análise neste relatório: Alarcón foi o vencedor da Volta a Portugal, tendo Amaro Antunes sido segundo, uma dobradinha que foi consequência do domínio quase total da W52-FC Porto-Mestre da Cor, que incluiu também a vitória na geral coletiva (com quase 24 minutos de vantagem sobre a RP-Boavista, segunda) e os triunfos em seis das onze etapas. Amaro Antunes assegurou a camisola azul, da montanha, e houve mais um Dragão nos dez primeiros, António Carvalho, sexto.

As estatísticas globais individuais de 2017 apresentam assim seis vitórias na geral (há que somar os triunfos de Raúl Alarcón no Grande Prémio JN, de Amaro Antunes na Clássica da Arrábida e no Troféu Joaquim Agostinho e de Gustavo Veloso na Clássica da Primavera) e 17 em etapas. Números impressionantes e que só podem ser conseguidos com um coletivo unido e uma máquina muito bem oleada.

DESPORTO ADAPTADO

Em 2016/17, atingiram-se os resultados desejados, após a melhoria das condições de treino disponibilizadas aos mais de 100 atletas com deficiência. O FC Porto marcou uma presença constante no pódio, nas principais modalidades: boccia, natação, futebol de sete e ténis de mesa. Para além disso, é notório o aumento do número de atletas convocados para representações nacionais.

No boccia, foram conquistados o Campeonato Regional em BC4 (Carla Oliveira) e o tricampeonato em par BC4 (Carla Oliveira, Hugo Vilela e Pedro Clara); a fase inter-regional do Campeonato Nacional em BC4 (Pedro da Clara) e par BC4 (Carla Oliveira, Hugo Vilela e Pedro Clara); o Campeonato Nacional Sub-14 em BC3 (Alice Moreira); e o Campeonato Nacional Sub-23 em BC3 (Tiago Tavares). Em termos

de representações nacionais, destaque para as presenças de Carla Oliveira e Pedro da Clara nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro e para o primeiro lugar, em par BC4, de Carla Oliveira no BISFED 2017 Regional Open, na Polónia.

No futebol de sete, relevo para o primeiro lugar na Taça de Portugal e para a convocatória de vários jogadores azuis e brancos para a Sal Beach Soccer Cup e para o Campeonato do Mundo, na Argentina. Na natação, foram obtidas 15 medalhas na categoria de absolutos e 12 recordes nacionais nos Campeonatos Nacionais de inverno e verão.

O ténis de mesa trouxe várias conquistas: a Taça de Portugal da ANDDI por equipas (Pedro Cardoso e António Macedo); a Supertaça da ANDDI por equipas (Pedro Cardoso e António Macedo); o Campeonato Nacional da ANDDI (com Pedro Cardoso, individualmente, a sagrar-se tetracampeão e, por equipas, Pedro Cardoso, Mário Ribeiro e António Macedo a obterem o tricampeonato); o Campeonato Nacional da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa (com Pedro Cardoso a triunfar individualmente na classe intelectual e José Cunha na classe cadeira de rodas, e, em pares, Pedro Cardoso e António Macedo a serem primeiros na classe intelectual e José Cunha e Joaquim Ferreira na classe cadeira de rodas); o Campeonato de Portugal da ANDDI, por pares (Pedro Cardoso e António Macedo) e individualmente (Pedro Cardoso sagrou-se bicampeão).

Durante a época, a secção manteve as equipas de futsal e basquetebol numa vertente recreativa. O projeto destinado a crianças com deficiência, desenvolvido na época anterior, tem sido procurado por muitos pais que incentivam o seu crescimento, para que cada vez mais crianças e jovens possam praticar desporto.

FUTEBOL

O FC Porto não atingiu o objetivo de chegar aos títulos em 2016/17, apesar de uma significativa melhoria no desempenho face à temporada anterior. Na Liga Portuguesa, terminou no segundo lugar, lutando até à penúltima jornada pelo primeiro, após uma recuperação na segunda metade da prova, que pôs os Dragões durante várias jornadas a apenas um ponto do líder do campeonato. Também na Liga dos Campeões os resultados foram superiores, com os azuis e brancos a ultrapassar a fase de grupos (segundo lugar do grupo G, atrás do Leicester), como é habitual na história do clube. Para lá chegarem, tiveram de triunfar num difícil play-off frente à Roma, algo conseguido graças a

uma fantástica vitória na capital italiana (3-0), em agosto. Nos oitavos de final, a Juventus (finalista da prova) revelou-se um obstáculo demasiado forte, se bem que a eliminatória tenha sido decidida com o FC Porto a jogar mais de metade do tempo dos dois jogos em inferioridade numérica, dando ainda assim uma significativa réplica (0-2 no Dragão, com golos nos últimos 20 minutos, e 0-1 em Itália). Noutro polo, e ainda na análise do rendimento da equipa, a prestação nas taças, de Portugal e da Liga, foi aquém do esperado, com a carreira a terminar na quarta eliminatória e na fase de grupos, respetivamente.

Estes resultados foram conseguidos com um rejuvenescimento do plantel e um investimento criterioso em reforços que se revelaram claras mais-valias, como Alex Telles, Felipe, Óliver Torres, Diogo Jota (cedido por empréstimo pelo Atlético de Madrid), Otávio (regressado de um empréstimo ao Vitória de Guimarães) e, no mercado de inverno, Soares. Por seu turno, Helton, Martins Indi, José Ángel, Aboubakar, Marega e Suk abandonaram o plantel, bem como Evandro, Sérgio Oliveira, Varela e Adrián López, já no mercado de janeiro. Saliente-se igualmente o regresso de um espírito de forte apoio ao clube, não só nos jogos em casa (em que a única derrota foi frente à Juventus), mas também fora. Por outro lado, a coesão a nível defensivo, um valor que já permitiu inúmeras conquistas no passado, foi muito forte.

Outro ponto relevante na análise da época é o facto de terem sido lançados vários jovens, entre os quais se destaca o nome de André Silva, transferido a 12 de junho para os italianos do Milan, por uma verba de 38 milhões de euros, que pode chegar aos 40 milhões, face a cláusulas de remuneração variável. Outro futebolista oriundo das camadas jovens azuis e brancas, Rúben Neves, proporcionou outro encaixe financeiro considerável, ao ser cedido a título definitivo ao Wolverhampton. De resto, a equipa B continuou a cumprir as suas funções como viveiro de jogadores, maioritariamente oriundos da formação, tendo terminado a Segunda Liga no 12.º lugar e conquistado a Premier League International Cup. A subida de rendimento foi notória com a entrada em funções do treinador António Folha, que tinha deixado os Sub-19, os quais, por sua vez, atingiram os quartos de final da UEFA Youth League, caindo na Catalunha aos pés do Barcelona (2-1).

Já fora do período em análise, a equipa iniciou os trabalhos para a época 2017/18, tendo sido contratado para treinador o ex-jogador Sérgio Conceição, que substituiu Nuno Espírito Santo, que rescindira com o clube a 22 de maio. O único reforço foi o guarda-redes Vaná, contratado ao Feirense, mas o FC Porto fez ainda regressar vários jogadores emprestados que se têm revelado claras mais-valias, tais como Ricardo Pereira, Aboubakar e Marega. A pré-época foi promissora e o início na Liga

Portuguesa também: sete vitórias consecutivas, uma marca que já é a melhor da década. Na Liga dos Campeões, destaque para a vitória contundente na casa do Mónaco, campeão francês (3-0), que deixa aberto o caminho para a fase seguinte.

HÓQUEI EM PATINS

A época desportiva 2016/17 foi deveras positiva, nomeadamente com a conquista do Campeonato nacional, que fugia desde 2012/13 e que era o principal objetivo. O primeiro lugar da tabela classificativa, mesmo que obtido na última jornada, foi o corolário do trabalho e da competência demonstrados ao longo da época. Com a concretização desse objetivo, e tendo consciência das dificuldades, alimenta-se a expectativa de retomar o ciclo vitorioso de anos anteriores.

No âmbito do sucesso desportivo da época temos de salientar também as vitórias na Supertaça António Livramento (frente ao Benfica) e na Taça de Portugal (frente ao Sporting de Tomar), a segunda mais importante prova do calendário nacional. Em síntese, o FC Porto fez o chamado triplete e a época só não foi ainda mais brilhante porque não foi conseguida a vitória na Liga Europeia, título que foge há alguns anos, muitas das vezes de forma inglória. Os Dragões caíram nos quartos de final, às mãos do Reus, que venceu a competição.

Também muito significativo nesta época desportiva foi o desempenho da equipa B no Campeonato nacional da 3.ª divisão: no primeiro ano de participação, subiu de divisão e conquistou o título. Da mesma forma, é obrigatório referir os sucessos desportivos nas equipas de formação, concretamente a conquista dos títulos nacionais nos escalões de Sub-15 e Sub-17.

Vários atletas do FC Porto (seniores, Sub-20 e Sub-17) participaram nas respetivas seleções nacionais, com um realce especial para o facto de João Lima e José Miguel Gonçalves se terem sagrado, respetivamente, campeão mundial de Sub-20 e campeão europeu de sub-17.

NATAÇÃO

A vitória na Taça de Portugal (formação) foi o reflexo da aposta na renovação da equipa e do aparecimento de uma nova fornada de talentosos nadadores para os quais se perspetivam grandes

resultados a curto/médio prazo. Coletivamente, as até aí octocampeãs conseguiram a prata no Nacional de clubes, enquanto os colegas ficaram um pouco mais abaixo, na sexta posição. A nível individual, a época 2016/17 saldou-se ainda por 19 títulos nacionais, distribuídos pelas diferentes categorias. É tempo de renovar, (re)formar e iniciar mais um ciclo, agora com essa joia aquática ao nosso dispor, a Piscina Olímpica de Campanhã.

A escola de natação portista continua a ser reconhecida pela sociedade civil e desportiva pela sua qualidade técnica e capacidade de formar campeões. A entrada em pleno funcionamento do moderno complexo de piscinas de Campanhã permitiu a instala o da Dragon Force Nata o e com ela a adesão de jovens nadadores. A base de recrutamento para as nossas equipas de competi o está a expandir-se de forma consistente, criando renovadas expectativas, sempre com os mesmos objetivos: proporcionar aos nossos jovens a prática saudável de um desporto de alta competi o, catapultando o FC Porto para a liderança da nata o nacional.

Desportivamente, a sec o continuou a contar a com a dinâmica de mais de 200 nadadores federados, distribuídos pelos diferentes escalões de competi o. Nadadores cadetes, infantis, juvenis, juniores e seniores passam boa parte dos seus dias nas instala es do clube, gerindo e partilhando o seu tempo entre o desporto e as atividades acad micas.

Como nadar nunca se esquece,   de salientar a adesão   emergente equipa master de nadadores que terminaram a sua vida desportiva ao mais alto nível. Também neste escalão o FC Porto está a consolidar a sua estrutura, como provam o terceiro lugar no Open de Portugal da categoria, entre 65 clubes, e a obten o de um título nos Campeonatos do Mundo Master de Budapeste, disputados no verão passado, já fora do período em análise neste relatório: o feito foi de uma das glórias olímpicas, Mário Carvalho, nos 200 metros costas, escalão 35/39 anos.

5. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício económico de 2016/2017, no que respeita às contas individuais, o Futebol Clube do Porto obteve um Resultado Líquido do Exercício de 747.057 Euros (setecentos e quarenta e sete mil e cinquenta e sete euros).

Nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, a Direção propõe a seguinte aplicação do lucro apurado no exercício:

Para Resultados Transitados: 747.057 Euros

Porto, 19 de outubro de 2017

B. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS**1. Balanços**

ATIVO	Notas	30 junho 2017	30 junho 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	17 000 162	19 774 053
Propriedades de investimento	7	12 649 341	13 073 261
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	43 234 228	42 616 218
Participações financeiras - outros métodos	8	31 724	62 000
Outros ativos financeiros		407	285
Total do ativo não corrente		72 915 861	75 525 817
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	10	1 962 347	891 350
Estado e outros entes públicos	15	1 313 788	1 627 836
Outros créditos a receber	10	557 669	609 315
Diferimentos	11	40 021	41 811
Outros ativos financeiros	4 e 10	468 327	1 133 524
Caixa e depósitos bancários	4 e 10	139 508	540 474
Total do ativo corrente		4 481 660	4 844 310
Total do ativo		77 397 521	80 370 127
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Outras reservas	12	43 884 540	43 837 493
Resultados transitados		42 348 817	53 974 235
Ajustamentos em ativos financeiros		(51 171 037)	(51 307 335)
Excedentes de revalorização	12	5 720 784	5 720 784
Outras variações no capital próprio	12	1 525 235	1 495 924
		42 308 339	53 721 101
Resultado líquido do exercício		747 057	(11 625 419)
Total do capital próprio	12	43 055 396	42 095 682
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	1 362 986	1 483 255
Financiamentos obtidos	14	1 894 511	2 989 147
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	13	730 176	807 147
Outras dívidas a pagar	14	3 660 565	3 630 677
Diferimentos	16	6 448 650	7 968 803
Total do passivo não corrente		14 096 887	16 879 029
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	15 307 520	15 898 416
Estado e outros entes públicos	15	326 364	98 422
Financiamentos obtidos	14	1 215 561	1 488 734
Outras dívidas a pagar	14	1 399 034	2 098 502
Diferimentos	16	1 996 761	1 811 342
Total do passivo corrente		20 245 238	21 395 416
Total do passivo		34 342 125	38 274 445
Total do capital próprio e do passivo		77 397 521	80 370 127

2. Demonstrações dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30 junho 2017	30 junho 2016
Vendas e serviços prestados	17	11 585 124	11 890 303
Subsídios à exploração		36 823	10 883
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	528 730	(11 782 163)
Fornecimentos e serviços externos	18	(6 636 266)	(7 467 085)
Gastos com o pessoal	19	(3 431 080)	(2 954 060)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	53 028	-
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	8	(30 276)	-
Outros rendimentos e ganhos	21	469 818	394 566
Outros gastos e perdas	22	(199 640)	(90 673)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 376 261	(9 998 229)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	20	(1 557 176)	(1 495 606)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		819 085	(11 493 835)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	11 683	17 983
Juros e gastos similares suportados	23	(68 016)	(135 469)
Resultado antes de impostos		762 752	(11 611 321)
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	(15 695)	(14 098)
Resultado líquido do exercício		747 057	(11 625 419)

3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio

Notas	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do exercício (1 de julho de 2015)							
	43 790 792	42 412 065	(51 415 229)	5 720 784	-	11 562 170	52 070 582
Aplicação de resultados:							
Transferência de resultados do exercício anterior para resultados transitados							
	-	11 562 170	-	-	-	(11 562 170)	-
Alterações no exercício:							
Aplicação do método de equivalência patrimonial							
8	-	-	107 894	-	-	-	107 894
12	46 701	-	-	-	-	-	46 701
Reforço do fundo de assistência a atletas							
12	-	-	-	-	1 528 094	-	1 528 094
Atribuição de subsídios ao investimento							
12 e 21	-	-	-	-	(32 170)	-	(32 170)
Reconhecimento de subsídios ao investimento							
	46 701	-	107 894	-	1 495 924	-	1 650 519
Resultado líquido do exercício							
						(11 625 419)	(11 625 419)
Resultado integral							
						(11 625 419)	(9 974 900)
Posição no fim do exercício (30 de junho de 2016)							
	43 837 493	53 974 235	(51 307 335)	5 720 784	1 495 924	(11 625 419)	42 095 682
Posição no início do exercício (1 de julho de 2016)							
	43 837 493	53 974 235	(51 307 335)	5 720 784	1 495 924	(11 625 419)	42 095 682
Aplicação de resultados:							
Transferência de resultados do exercício anterior para resultados transitados							
	-	(11 625 419)	-	-	-	11 625 419	-
Alterações no exercício:							
Aplicação do método de equivalência patrimonial							
8	-	-	136 297	-	-	-	136 297
12	47 047	-	-	-	-	-	47 047
Reforço do fundo de assistência a atletas							
12	-	-	-	-	80 426	-	80 426
Atribuição de subsídios ao investimento							
12 e 21	-	-	-	-	(64 341)	-	(64 341)
Reconhecimento de subsídios ao investimento							
Outras alterações	-	-	-	-	13 226	-	13 226
	47 047	-	136 297	-	29 311	-	212 655
Resultado líquido do exercício							
						747 057	747 057
Resultado integral							
						747 057	959 712
Posição no fim do exercício (30 de junho de 2017)							
	43 884 540	42 348 817	(51 171 037)	5 720 784	1 525 235	747 057	43 055 396

4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Notas	30 junho 2017	30 junho 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes e associados		9 231 038	11 929 104
Pagamentos a fornecedores		(7 666 607)	(2 593 768)
Pagamentos ao pessoal		(3 408 164)	(2 939 250)
Caixa gerada pelas operações		(1 843 733)	6 396 086
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		48 964	(826 214)
Outros recebimentos / pagamentos		411 448	86 392
Fluxos das atividades operacionais [1]		(1 383 321)	5 656 264
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(80 812)	(3 331 130)
Outros ativos		-	(814 525)
		(80 812)	(4 145 655)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis		1 721 447	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Empresas do grupo		-	-
Subsídios ao investimento		80 426	1 528 094
Outros ativos		665 197	-
Dividendos		20 674	-
		2 487 744	1 528 094
Fluxos das atividades de investimento [2]		2 406 932	(2 617 561)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Aumentos de capital		-	-
Financiamentos obtidos		(1 362 186)	(2 383 768)
Juros e gastos similares		(62 392)	(170 458)
Outras operações de financiamento		-	-
		(1 424 578)	(2 554 226)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(1 424 578)	(2 554 226)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(400 966)	484 477
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	540 474	55 997
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	139 508	540 474

5. Anexo às Demonstrações Financeiras

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O Futebol Clube do Porto (“Clube” ou “Empresa”) é uma associação desportiva de utilidade pública, foi fundado em 28 de Setembro de 1893 e tem a sua sede social no Estádio do Dragão – Entrada Nascente – 3º Andar, 4350-415 Porto. A sua atividade principal consiste, essencialmente, na promoção da educação física dos associados e no desenvolvimento da prática de desportos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direção, na reunião de 19 de Outubro de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Associados, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Clube, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de julho.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Clube.

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as NCRF. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pelo Clube foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável,

a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Clube espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	8 a 30
Equipamento básico	3 a 30
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Imparidade

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis do Clube com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

b) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

d) Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as

participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Clube nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados do Clube incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Clube nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Clube tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Clube retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Clube nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

e) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê direito a um ativo financeiro por parte de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade. Todas as compras e vendas destes instrumentos são reconhecidas à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

e.1) Investimentos

Os investimentos, quando existem, classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Clube tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à

maturidade são ativos financeiros não derivados e são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que o Clube adquira tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados no balanço como Investimentos correntes. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurado ao justo valor através de resultados são registados na demonstração dos resultados do período (resultados financeiros).

O Clube classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reservas, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados. Esta decisão requer julgamento.

e.2) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e outras dívidas de terceiros são classificadas como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, as quais se classificam como não correntes.

Os saldos de clientes e outras dívidas de terceiros não correntes são registadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidas de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes e outras dívidas de terceiros correntes são apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, e são registadas pelo seu valor nominal, exceto quando o impacto do desconto for material, situação em que são registadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer sejam imateriais.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Clube tem em consideração informação que demonstre que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;

- Se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Os saldos a receber de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data de cada balanço são reconhecidos no balanço até ao momento do recebimento das mesmas.

e.3) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Financiamentos obtidos”.

e.4) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são classificadas como passivos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, as quais se classificam como não correntes.

As contas a pagar não correntes são registadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

As contas a pagar, correntes, são registadas pelo seu valor nominal, exceto quando o efeito do desconto é considerado material, situação em que são registadas utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os custos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a pagar de muito curto prazo cujos valores a reconhecer sejam imateriais.

e.5) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo seu valor nominal recebido, líquido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos e subsequentemente ao custo amortizado, método segundo o qual os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva.

e.6) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de proveitos ou custos até à maturidade do instrumento financeiro. A taxa de juro efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

e.7) Imparidade de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são analisados à data de cada balanço para verificar da existência de indícios de perdas por imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

É entendimento da Direção que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

f) Subsídios de Entidades Públicas

Os subsídios de Entidades Públicas apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Clube irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio quando existe uma certeza razoável de que o Clube irá cumprir as suas obrigações e que os mesmos serão atribuídos e recebidos, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- O Clube não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Clube;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Clube;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Clube e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Clube e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito do Clube a receber o correspondente montante.

h) Imposto sobre o rendimento

O Clube, na sua qualidade de pessoa coletiva de direito privado, constituída como associação desportiva de utilidade pública, não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, pelo que a tributação em sede de IRC incide sobre o rendimento global, formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos das diversas categorias, determinados nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito. Os rendimentos que provenham de qualquer atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola exercida ainda que a título acessório não estão abrangidas pela isenção de IRC.

i) Provisões

As provisões são registadas quando o Clube tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

j) Benefícios pós-emprego

O Clube assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos.

O Clube tem um plano de benefício definido para complemento de reforma. As responsabilidades do Clube relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na demonstração dos resultados e diretamente no capital próprio no exercício em que ocorrem, conforme definido da NCRF 28.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

As responsabilidades associadas aos benefícios garantidos foram reconhecidos à data do Balanço na rubrica de “Responsabilidades por benefícios pós-emprego” e representam o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas.

k) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção do pavilhão Dragão Caixa foram capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros teve início quando começaram a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongaram-se enquanto estiveram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessou quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda ficaram concluídas.

l) Saldos e transações em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio oficiais vigentes à data do Balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

m) Especialização de exercícios

O Clube regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os

montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- d) Pressuposto de continuidade das operações, num contexto de fundo de manuseio negativo, em que a mesma está dependente do apoio de entidades relacionadas assim como de instituições financeiras;
- e) Apuramento das responsabilidades por benefícios pós-emprego.

3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva nº 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, ocorreram alterações ao nível das NCRF que têm aplicação para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação destas normas não foram identificados impactos materiais para as demonstrações financeiras do Clube.

Não houve alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que tenham efeitos em períodos futuros.

Não ocorreram efeitos decorrentes da correção de erros materiais de períodos anteriores.

4 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 30 de junho de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Numerário	-	220
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	139.508	540.254
	<u>139.508</u>	<u>540.474</u>

Outros ativos financeiros

Em 30 de junho de 2017 e 2016 a rubrica de “Outros ativos financeiros” respeita a quantias de disponibilidades que se encontram cativas de modo a fazer face ao serviço da dívida do empréstimo do Pavilhão Dragão Caixa.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

30 de junho de 2017								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	1.873.964	21.834.802	2.754.345	48.181	124.760	4.989	119.592	26.760.633
Aquisições	-	-	-	-	-	-	80.812	80.812
Alienações	-	(1.572.844)	(949.277)	-	-	-	-	(2.522.121)
Saldo final	1.873.964	20.261.958	1.805.068	48.181	124.760	4.989	200.404	24.319.323
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	5.293.875	1.519.935	48.078	124.692	-	-	6.986.580
Depreciações do exercício	-	878.580	254.514	103	59	-	-	1.133.256
Alienações	-	(486.866)	(313.809)	-	-	-	-	(800.674)
Saldo final	-	5.685.589	1.460.641	48.181	124.751	-	-	7.319.162
Ativos líquidos	1.873.964	14.576.368	344.427	0	9	4.989	200.404	17.000.162

30 de junho de 2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	1.873.964	19.019.829	2.403.670	90.181	124.760	4.989	1.646.851	25.164.244
Aquisições	-	1.168.122	350.675	-	-	-	119.592	1.638.389
Transferências	-	1.646.851	-	-	-	-	(1.646.851)	-
Abates	-	-	-	(42.000)	-	-	-	(42.000)
Saldo final	1.873.964	21.834.802	2.754.345	48.181	124.760	4.989	119.592	26.760.633
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	4.463.126	1.274.391	89.828	124.633	-	-	5.951.978
Depreciações do exercício	-	830.749	245.544	250	59	-	-	1.076.602
Abates	-	-	-	(42.000)	-	-	-	(42.000)
Saldo final	-	5.293.875	1.519.935	48.078	124.692	-	-	6.986.580
Ativos líquidos	1.873.964	16.540.927	1.234.410	103	68	4.989	119.592	19.774.053

No exercício findo em 30 de junho de 2017, o Clube alienou diversos ativos fixos tangíveis associados à atividade da FC Porto SAD para esta entidade. As alienações foram realizadas pelo valor líquido contabilístico dos ativos fixos tangíveis à data da alienação, não tendo gerado quaisquer mais ou menos valias.

A 30 de junho de 2017 e 2016 o pavilhão Dragão Caixa, cujo valor líquido ascendia a 10.497.647 Euros e 10.970.584 Euros, respetivamente, havia sido prestado como garantia relativamente ao financiamento bancário contraído para financiar a sua construção.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, tal como se encontra descrito na Nota 3.1 a).

As depreciações do exercício, no montante de 1.133.256 Euros (1.076.602 Euros em 30 de junho de 2016), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 20).

6 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 30 de junho de 2017 não existiam responsabilidades com contratos de locação financeira.

Locações operacionais

Em 30 de junho de 2017 o Clube é locatário em contratos de locação operacional relacionados com imóveis, os quais se encontram denominados em Euros.

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Pagamentos (Nota 18)	445.974	389.612
Acerto de linearização		-
	445.974	389.612
Rendas contingentes	-	-
Pagamentos de sublocação	-	-
	445.974	389.612

O rendimento relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	Rendimento do período	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Recebimentos	1.582.323	1.584.794
Acerto de linearização		-
	1.582.323	1.584.794
Rendas contingentes		
	1.582.323	1.584.794

Em 30 de junho de 2017 e 2016 os rendimentos de locações operacionais incluem, essencialmente, rendimentos com a cedência de exploração comercial do Museu do FCP à Porto Comercial.

7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	30 de junho de 2017		
	Propriedades de investimento		
	Arrendadas	Para venda	Total
Saldo inicial - quantia bruta	13.544.497	1.157.456	14.701.953
Saldo final - quantia bruta	13.544.497	1.157.456	14.701.953
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.128.143)	(500.549)	(1.628.692)
Depreciações do exercício	(403.089)	(20.831)	(423.920)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.531.232)	(521.380)	(2.052.612)
Saldo final - quantia escriturada líquida	12.013.265	636.075	12.649.341

	30 de junho de 2016		
	Propriedades de investimento		
	Arrendadas	Para venda	Total
Saldo inicial - quantia bruta	12.969.697	1.157.456	14.127.153
Adições	574.800	-	574.800
Saldo final - quantia bruta	13.544.497	1.157.456	14.701.953
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(729.970)	(479.718)	(1.209.688)
Depreciações do exercício	(398.173)	(20.831)	(419.004)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.128.143)	(500.549)	(1.628.692)
Saldo final - quantia escriturada líquida	12.416.354	656.907	13.073.261

No decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	30 de junho de 2017				
	Rendimentos de rendas	Gastos diretos	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade	Resultado
Arrendadas:					
Terrenos - lotes 1.1 e 1.4	82.323	-	-	-	82.323
Sede antiga FCP	-	-	(36.758)	-	(36.758)
Museu FCP	1.500.000	-	(366.331)	-	1.133.669
	1.582.323	-	(403.089)	-	1.179.234
Para venda:					
Piso 14 da Torre das Antas	-	-	(20.831)	-	(20.831)
	-	-	(20.831)	-	(20.831)
	1.582.323	-	(423.920)	-	1.158.403

	30 de junho de 2016				
	Rendimentos de rendas	Gastos diretos	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade	Resultado
Arrendadas:					
Terrenos - lotes 1.1 e 1.4	84.794	-	-	-	84.794
Sede antiga FCP	-	-	(36.758)	-	(36.758)
Museu FCP	1.500.000	-	(361.415)	-	1.138.585
	1.584.794	-	(398.173)	-	1.186.621
Para venda:					
Piso 14 da Torre das Antas	-	-	(20.831)	-	(20.831)
	-	-	(20.831)	-	(20.831)
	1.584.794	-	(419.004)	-	1.165.790

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes cujas vidas úteis estimadas variam entre os 30 e os 50 anos.

Em 30 de junho de 2017 e 2016 a sede antiga do FCP, cujo valor líquido ascendia a 820.208 Euros e 857.304 Euros, respetivamente, havia sido dada como garantia relativamente ao financiamento bancário contraído para financiar a sua aquisição.

Em 30 de junho de 2017 as avaliações externas de propriedades de investimento mais recentes efetuadas por um avaliador independente podem ser resumidas como segue:

Imóvel	Entidade	Data da última avaliação	Metodologia	Valor imóvel	Valor líquido a 30-06-2017
Terrenos - Lotes 1.1 e 1.4	COMperito, Lda.	Setembro 2016	Valorização pelo Método do Valor Residual Dinâmico - Abordagem Discounted Cash-Flow ("DCF")	5.900.000	1.486.149

Imóvel	Entidade	Data da última avaliação	Metodologia	Valor imóvel	Valor líquido a 30-06-2017
Torre das Antas	COMperito, Lda.	Setembro 2016	Valorização pelo Método Comparativo ou de Mercado	800.000	636.076
Sede antiga	COMperito, Lda.	Setembro 2016	Valorização pelo Método do Custo de Reposição	1.650.000	819.335

As amortizações do exercício, no montante de 423.920 Euros (419.004 Euros em 30 de junho de 2016), foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 20).

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

30 de junho de 2017

	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	42.616.218	62.000	42.678.218
Método da equivalência patrimonial	618.010	-	618.010
Saldo final	43.234.228	62.000	43.296.228
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	-	-
Perdas por imparidade do exercício (perdas / reversões)		30.276	30.276
Saldo final	-	30.276	30.276
Activos líquidos	43.234.228	31.724	43.265.952

30 de junho de 2016

	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	54.266.989	62.218	54.329.207
Transferências	-	(218)	(218)
Método da equivalência patrimonial	(11.650.771)	-	(11.650.771)
Saldo final	42.616.218	62.000	42.678.218
Activos líquidos	42.616.218	62.000	42.678.218

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os ajustamentos nas participações financeiras resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial tiveram a seguinte contrapartida:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Resultados imputadas a subsidiárias e associadas	528.730	(11.782.163)
Ajustamentos em ativos financeiros (capital próprio)	136.297	107.894
Provisões (Nota 13)	(47.017)	23.497
Participações financeiras	<u>618.010</u>	<u>(11.650.771)</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a variação respeitante a “Ajustamentos em ativos financeiros (capital próprio)” respeita essencialmente à variação no justo valor do swap de taxa de juro da subsidiária Euroantas, S.A.

Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Clube evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

		30 de junho de 2017										
					Capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe	Total de rendimentos	Resultado líquido atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe	% detida	MEP p/ resultados	MEP p/ capitais	Investimento Financeiro	Provisão (Nota 13)
		Sede	Ativo	Passivo								
Subsidiárias:												
Euroantas, S.A.	Porto	103.180.146	21.599.975		81.580.171	12.542.493	911.631	52,996%	483.128	134.882	43.234.228	-
Investiantas, S.A.	Porto	n/a	n/a		(370.453)	n/a	-	84,0%	-	-	-	(301.395)
FC Porto, Serviços Partilhados	Porto	3.673.984	3.717.536		(43.552)	5.352.742	47.502	96,0%	45.602	1.415	-	(41.810)
FC Porto, Futebol SAD (*)	Porto	378.424.988	387.560.180		(68.806.194)	153.161.019	(35.314.631)	74,59%	-	-	-	-
									528.730	136.297	43.234.228	(343.205)
		30 de junho de 2016										
					Capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe	Total de rendimentos	Resultado líquido atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe	% detida	MEP p/ resultados	MEP p/ capitais	Investimento Financeiro	Provisão (Nota 13)
		Sede	Ativo	Passivo								
Subsidiárias:												
Euroantas, S.A.	Porto	110.786.233	30.372.205		80.414.028	13.146.062	1.126.650	52,996%	597.079	107.894	42.616.218	-
Investiantas, S.A.	Porto	n/a	n/a		(370.453)	n/a	-	84,0%	-	-	-	(301.395)
FC Porto, Serviços Partilhados	Porto	2.527.131	2.619.660		(92.529)	5.388.226	(24.476)	96,0%	(23.497)	-	-	(88.828)
FC Porto, Futebol SAD (*)	Porto	375.044.928	349.180.731		(33.578.495)	153.161.019	(58.410.836)	74,59%	(12.355.745)	-	-	-
									(11.782.163)	107.894	42.616.218	(390.223)

(*) Com base em demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Relativamente à subsidiária FC Porto, Futebol SAD, que, em 30 de junho de 2017 e 2016, apresentava um total de capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe negativos, uma vez que o Clube não havia assumido obrigações legais ou construtivas de cobertura de prejuízos desta associada nem efetuou pagamentos a favor da mesma, o correspondente investimento foi relatado por valor nulo, não tendo sido reconhecido qualquer passivo relativamente à proporção do Clube nos prejuízos acumulados desta associada que excedeu o valor pelo qual o investimento se encontrava registado.

Apesar de as demonstrações financeiras individuais da subsidiária FC Porto, Futebol SAD, em 30 de junho de 2017, evidenciarem um total do capital próprio negativo em aproximadamente 70 milhões de Euros e um fundo de maneo negativo em aproximadamente 145 milhões de Euros (102 Milhões de Euros em 30 de junho de 2016), é convicção do Conselho de Administração da FC PORTO, SAD, suportado em orçamentos de tesouraria anuais, que com base (i) nos financiamentos entretanto obtidos ou em via de formalização, (ii) na renegociação de prazos de vencimento de atuais financiamentos, (iii) na realização de uma operação financeira para reestruturação do passivo, de

forma a assentar uma parte significativa deste no longo prazo, bem como (iv) na previsão do eventual encaixe financeiro e / ou financiamento de créditos garantidos com a alienação de direitos desportivos de jogadores, tal como tem vindo a ser prática em exercícios anteriores, o risco de liquidez encontra-se devidamente mitigado.

Relativamente à subsidiária Euroantas, S.A., o seu principal ativo é o Estádio do Dragão, com valor líquido contabilístico em 30 de junho de 2017 de cerca de 100 milhões de euros. Esta subsidiária integra as contas consolidadas da Futebol Clube do Porto – Futebol, S.A.D.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2017 foi ainda registada uma perda por imparidade no montante de 30.276 Euros referente à empresa relacionada FCP Media, S.A..

9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Clube aos exercícios findos entre 30 de junho de 2014 e 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção do Clube entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017 e 2016.

O Clube, na sua qualidade de pessoa coletiva de direito privado, constituída como associação desportiva de utilidade pública, não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, pelo que a tributação em sede de IRC incide sobre o rendimento global, formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos das diversas categorias, determinados nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito. Os rendimentos que provenham de qualquer atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola exercida ainda que a título acessório não estão abrangidas pela isenção de IRC.

Em 30 de junho de 2017 e 2016 a reconciliação do resultado líquido tributável apurado relativamente a cada uma das categorias de rendimentos com o imposto sobre o rendimento é como segue:

	30 de junho de 2017						
	Rendimentos Categoria B	Rendimentos Categoria E	Rendimentos Categoria F	Rendimentos Categoria G	Sub-total	Rendimentos isentos/não sujeitos	Rendimentos totais
Rendimento bruto	5.031.709	11.683	1.998.353	-	7.041.745	5.114.732	12.156.477
Deduções específicas	(3.808.995)	(5.842)	(215.426)	-	(4.030.263)	(3.953.147)	(7.983.410)
Acréscimos à matéria coletável	-	-	202.673	-	202.673	-	202.673
Rendimento líquido	1.222.714	5.842	1.985.599	-	3.214.155	1.161.585	4.375.740
Gastos comuns					(2.259.911)	(3.953.147)	
Matéria coletável					-		
Benefícios fiscais					-		
Matéria coletável					-		
Imposto do exercício (21,5%)					-		
Tributação autónoma					15.695		
Excesso de estimativa de imposto sobre o exercício					-		
Imposto do exercício					15.695		

A Categoria B refere-se a rendimentos empresariais e profissionais, a Categoria E a rendimentos de capitais e a Categoria F a rendimentos prediais.

O Clube, no seguimento de duas inspeções fiscais aos exercícios findos em 30 de junho de 2004 e 2005 recebeu duas liquidações adicionais em sede de IRC no montante de 1.258.659 Euros e 1.953.127 Euros, respetivamente, relativas ao enquadramento tributário dos subsídios atribuídos pelo Instituto Nacional do Desporto no âmbito da construção do Estádio do Dragão. Apesar de o Clube ter reconhecido estes montantes na rubrica de “Provisões” em exercícios anteriores (Nota 13), reclamou o teor das respetivas liquidações, estando neste momento os dois processos impugnados judicialmente.

Não obstante a realização deste pagamento, o Clube mantém as impugnações judiciais, mantendo ativos contingentes relacionados com os mesmos conforme detalhado na Nota 13.

Relativamente à liquidação adicional respeitante ao exercício findo em 30 de junho de 2004 (exercício fiscal de 2003) foi emitida, em 25 de Setembro de 2012, sentença parcialmente favorável ao Futebol Clube do Porto pelo Tribunal Administrativo do Porto (TAF), tendo a Autoridade Tributária interposto recurso em 15 de Novembro de 2012. Em 9 de julho de 2014 a sentença favorável foi confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo (STA). Após a prolação do douto Acórdão do STA que decidiu (em última instância) o recurso interposto pela Fazenda Pública da decisão do TAF do Porto que julgou parcialmente procedente a Impugnação judicial da liquidação adicional (oficiosa) de IRC de 2003 do FC Porto, veio ainda a Fazenda Pública interpor recurso para o Tribunal Constitucional, circunscrito apenas à apreciação da inconstitucionalidade quanto à repartição das custas processuais. Deste modo estando só em causa a repartição das custas processuais o FCP reconheceu, no exercício findo em 30 de junho de 2015, um proveito relacionado com as liquidações adicionais

de IRC do exercício de 2003, no montante de 1.258.659 Euros, por contrapartida de uma conta a receber na rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos”. Em 1 de junho de 2017 foi emitido o Acórdão do Tribunal Constitucional que veio confirmar a repartição das custas processuais nos termos anteriormente definidos.

10 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 30 de junho de 2017 e 2016 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	30 de junho de 2017			30 de junho de 2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Outros ativos financeiros	468.327	-	468.327	1.133.524	-	1.133.524
Caixa e depósitos bancários	139.508	-	139.508	540.474	-	540.474
	607.835	-	607.835	1.673.998	-	1.673.998
Ativos financeiros ao custo:						
Clientes	1.980.452	(18.105)	1.962.347	962.484	(71.133)	891.351
Outros créditos a receber	557.669	-	557.669	609.315	-	609.315
	2.538.121	(18.105)	2.520.016	1.571.799	(71.133)	1.500.666
	3.145.956	(18.105)	3.127.851	3.245.797	(71.133)	3.174.664

O movimento das perdas por imparidade acumuladas, em 30 de junho de 2017 e 2016, pode ser detalhada como segue:

	30 de junho de 2017				30 de junho de 2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidades acumuladas								
Clientes	71.133	-	(53.028)	18.105	71.133	-	-	71.133
Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
	71.133	-	(53.028)	18.105	71.133	-	-	71.133

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a rubrica de “Outros créditos a receber” pode ser detalhada como segue:

Outros créditos a receber	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Outros acréscimos de rendimentos	31.465	214.081
PortoComercial	346.548	333.454
Outros devedores e valores a regularizar	147.968	10.525
Outros créditos a receber	31.688	51.255
	557.669	609.315

11 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 30 de junho de 2017 e 2016, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Seguros	39.261	40.121
Outros Gastos a Reconhecer	760	1.690
	<u>40.021</u>	<u>41.811</u>

12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Revalorizações

O Clube procedeu em anos anteriores (anteriormente à aplicação das NCRF) à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro

Outras reservas

Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Clube havia reforçado as Reservas Estatutárias em 47.047 Euros e 46.701 Euros, respetivamente, ao abrigo do fundo de assistência a atletas que, pelos estatutos, obriga ao reforço deste fundo no montante correspondente a 1% das quotas cobradas.

Outras variações no capital próprio

Em 30 de junho de 2017 e 2016 a rubrica “Outras variações no capital próprio” corresponde ao valor por reconhecer relativamente ao subsídio ao investimento atribuído no âmbito do Programa Regional do Norte (ON.2) para efeitos da “Qualificação e beneficiação das Piscinas de Campanhã” (Nota 21).

13 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	30 de junho de 2017					30 de junho de 2016				
	Saldo inicial	Reversões	Regularizações	Utilizações	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Utilizações	Saldo final
Provisões participações financeiras (Nota 8)	390.223	(47.017)	(1)	-	343.205	366.725	23.497	1	-	390.223
Outras provisões	1.093.032	-	1	(73.251)	1.019.782	1.226.367	-	(1)	(133.334)	1.093.032
	1.483.255	(47.017)	(1)	(73.251)	1.362.986	1.593.092	23.497	-	(133.334)	1.483.255

A Direção entende que as provisões constituídas em 30 de junho de 2017 e 2016 são adequadas face à graduação dos riscos que as mesmas se destinam a cobrir e à expectativa da Administração quanto à inexistência de impactos adicionais nas demonstrações financeiras anexas de eventuais riscos.

Responsabilidades para benefícios pós-emprego

O Clube assumiu o compromisso de conceder a determinados empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma. Estes benefícios encontram-se previstos no Acordo da Empresa entre o Futebol Clube do Porto e o CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outros.

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 10 de julho de 2017 pela Mercer (Portugal) Lda.. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método Projected Unit Credit.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Idade normal de reforma	66 anos	66 anos
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%	EVK 80 a 50%
Taxa de desconto	1,60%	1,50%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa de crescimentos dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimentos das pensões	2,00%	2,00%

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 são descritos conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Saldo inicial	807.147	782.833
Benefícios pagos	(75.287)	(77.184)
Custo de juros	11.542	16.776
(Ganhos)/perdas actuariais	(13.226)	84.722
Saldo final	730.176	807.147

Os riscos mais importantes a que o Plano de Pensões poderá estar exposto são os seguintes:

- Comportamento das variáveis demográficas;
- Alterações a ocorrer na Segurança Social;
- Indexação das pensões.

Foi efetuada uma análise de sensibilidade, com vista a medir o impacto nas responsabilidades causado pela alteração da taxa de desconto (variação negativa de 10 p.b.) sendo apurado um impacto negativo no valor das mesmas no montante de, aproximadamente, 6.300 Euros.

Ativos contingentes

Conforme referido na Nota 9, em dezembro de 2013 o Clube efetuou pagamentos de liquidações adicionais de processos fiscais, utilizando as provisões criadas para o efeito. No entanto, o Clube mantém ativas impugnações judiciais, em que reclama a devolução desses montantes.

Desta forma o Clube tem os seguintes ativos contingentes de natureza fiscal a 30 de junho de 2017:

Imposto	Natureza	Ativo contingente 30.06.2017
IRC 2004	Liquidação adicional	1.723.993
		1.723.993

Garantias bancárias

Em 30 de junho de 2017, o Clube apresenta uma garantia bancária: 31.800 Euros a favor das Águas do Porto.

Outras responsabilidades

O Futebol Clube do Porto é avalista da FC Porto SAD junto do Banco Espírito Santo (atualmente designado Novo Banco) num empréstimo no valor de 8.000.000 Euros. Este contrato tem como garantia a receita dos lugares anuais do Estádio do Dragão.

Foi constituída uma garantia por hipoteca do Estádio do Dragão, principal ativo da subsidiária Euroantas, S.A., no âmbito de uma emissão de papel comercial por parte da FC Porto SAD, que nesta data tem um montante de 7.000.000 Euros, com vencimento a 15 de fevereiro de 2018.

14 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 30 de junho de 2017 e 2016 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Outras dívidas a pagar - não corrente		
Plano Mateus	3.408.947	3.408.947
Retenção - garantia de obra Museu	150.000	150.000
Fornecedores de investimentos	101.618	71.730
	<u>3.660.565</u>	<u>3.630.677</u>
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	15.307.520	15.898.416
	<u>15.307.520</u>	<u>15.898.416</u>
Outras dívidas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimentos	71.730	337.905
Conta corrente - associados	251.737	263.713
Pessoal	153.536	133.032
Outros acréscimos de gastos	25.873	799.909
Remunerações a liquidar	8.124	5.712
Outras dívidas a pagar	888.034	558.231
	<u>1.399.034</u>	<u>2.098.502</u>
	<u>20.367.118</u>	<u>21.627.595</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016 a rubrica “Plano Mateus” diz respeito a dívidas à Autoridade Tributária e/ou Segurança Social que decorrem do Decreto-Lei 124/96 (“Plano Mateus”). Em 2012 a Federação Portuguesa de Futebol (“FPF”) pagou à Autoridade Tributária o valor em dívida remanescente do Plano Mateus (“Totonegocio”) relativamente aos clubes profissionais e não profissionais, tendo chegado a um acordo, em 26 de dezembro de 2012, com o FCP e a FCP, SAD em que estes últimos reconhecem e aceitam que a FPF fique sub-rogada nos direitos da Autoridade Tributária. O valor registado nesta rubrica reflete a melhor estimativa da Direção relativamente ao valor final (ainda não apurado) a liquidar à FPF e às Autoridades Tributárias relativamente ao “Plano Mateus”.

O valor registado na rubrica “Fornecedores, conta corrente” é constituído essencialmente por valores a pagar a empresas do grupo e relacionadas, tal como segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	Natureza
Futebol Clube do Porto - Futebol SAD	5.388.630	2.584.713	Cedência de quotas de associados
FCPorto - Serviços Partilhados, S.A.	506.890	255.365	Prestação de serviços de gestão
PortoEstadio, S.A.	4.733.350	3.536.119	Rendas e operacionalização e manutenção de instalações
PortoComercial, S.A.	2.297.741	2.307.796	Comissões de cobrança e outros serviços
Euroantas, S.A.	403.117	575.434	Rendas
Dragon Tour, S.A.	978.422	799.504	Aquisição de viagens
FCP Media, SA	260.890	5.094.705	Conteúdos Porto Canal
Empresas do Grupo e relacionadas	14.569.041	15.153.636	
Outros fornecedores	738.479	744.780	
	<u>15.307.520</u>	<u>15.898.416</u>	

Em 30 de junho de 2016, o valor registado na rubrica “Outros acréscimos de gastos” era constituído essencialmente pela especialização de valores relacionados com um protocolo de prestação de serviços de edição, produção e exibição de conteúdos relacionados com as modalidades geridas pelo FCP, o seu Museu, a sua história e outros eventos, pela FCP Media ao FCP Clube no montante anual

de 1,5 milhões de Euros, celebrado na época de 2014/15, o qual foi descontinuado em referência a 1 de julho de 2016.

O valor registado na rubrica corrente de “Outras dívidas a pagar” é constituído essencialmente por valores a pagar a empresas do grupo e relacionadas, tal como segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Fundação Porto-Gaia	477.726	259.787
PortoSeguro	274.280	120.038
Empresas do Grupo e relacionadas	752.006	379.825
Outros credores	136.028	178.406
	<u>888.034</u>	<u>558.231</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 30 de junho de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	30 de junho de 2017		30 de junho de 2016	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral de Depósitos	1.080.295	1.639.222	1.038.280	2.750.804
Millennium BCP	-	-	185.000	-
Novo Banco	115.086	255.288	239.650	238.343
	<u>1.195.381</u>	<u>1.894.511</u>	<u>1.462.930</u>	<u>2.989.147</u>
Juros a liquidar	20.180	-	25.804	-
Total instituições financeiras	<u>1.215.561</u>	<u>1.894.511</u>	<u>1.488.734</u>	<u>2.989.147</u>

Todos os financiamentos acima indicados estão contratados em Euros e vencem juros a taxas de mercado.

Os financiamentos obtidos acima mencionados têm como garantia o Pavilhão Dragão Caixa (no caso da Caixa Geral de Depósitos) e o edifício da antiga sede (no caso do Novo Banco).

A parcela classificada como não corrente em 30 de junho de 2017 e 2016 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	30 de junho de 2017		30 de junho de 2016	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2017/18	-	-	1.200.377	87.418
2018/19	1.213.283	30.204	1.227.618	52.313
2019/20	681.228	11.663	561.153	16.411
	<u>1.894.511</u>	<u>41.867</u>	<u>2.989.147</u>	<u>156.142</u>

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de junho de 2017 e 2016 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	30 de junho de 2017		30 de junho de 2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
IRC 2003 a recuperar (Nota 9)	1.258.659	-	1.258.659	-
Retenções na fonte	70.824	-	68.922	-
Estimativa de imposto (Nota 9)	(15.695)	-	(14.789)	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	118.440	-	72.365
Imposto sobre o valor acrescentado	-	171.430	315.044	-
Contribuições para a Segurança Social	-	36.111	-	26.051
Outros Impostos	-	383	-	6
	<u>1.313.788</u>	<u>326.364</u>	<u>1.627.836</u>	<u>98.422</u>

16 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2017 e 2016 as rubricas do passivo corrente e não corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	30 de junho de 2017		30 de junho de 2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Quotas	444.473	-	259.861	-
Direitos de utilização de imagem	20.153	1.573.650	20.154	1.593.803
Cessão exploração Museu	1.500.000	4.875.000	1.500.000	6.375.000
Outros rendimentos a reconhecer	32.135	-	31.327	-
	<u>1.996.761</u>	<u>6.448.650</u>	<u>1.811.342</u>	<u>7.968.803</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016 a rubrica “Direitos de utilização de imagem” dizia respeito a valores a reconhecer como rendimentos nos exercícios seguintes relacionados com a cedência de direitos de utilização de imagem ao Futebol Clube do Porto – Futebol, SAD, por um período de 99 anos.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2014 foi assinado entre a PortoComercial e o Futebol Clube do Porto um contrato de exploração do Museu do FCP (cuja abertura ao público ocorreu em outubro de 2013). De acordo com este contrato a PortoComercial adquiriu o direito de exploração do Museu durante um período de 20 anos, tendo pago antecipadamente o montante de 12.000.000 Euros relativos às rendas vincendas dos primeiros 8 anos. Em 30 de junho de 2017 a rubrica de “Cessão de exploração Museu” corresponde às rendas do exercício de 2017/18 e seguintes (Notas 7 e 17).

17 RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Clube em 30 de junho de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Receitas associativas	4.691.018	4.868.986
Receitas desportivas	346.791	268.885
Serviços - Publicidade	1.267.910	1.519.475
Serviços - Cedências de instalações	3.652.228	3.563.219
Receitas comerciais	1.610.969	1.589.198
Serviços - Outros	16.208	80.540
	<u>11.585.124</u>	<u>11.890.303</u>

As receitas associativas incluem o valor de quotas cobradas aos associados (4.472.602 Euros em 30 de junho de 2017 e 4.417.031 Euros em 30 de junho de 2016).

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a rubrica “Receitas comerciais” inclui o montante de 1.500.000 Euros referente às rendas obtidas pela cessão de exploração comercial do Museu à entidade relacionada PortoComercial (Nota 16).

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Trabalhos especializados	2.248.909	2.106.235
Outros serviços especializados	-	1.500.000
Comissões	519.725	587.614
Energia e fluídos	476.390	395.837
Rendas e alugueres (Nota 6)	445.974	389.612
Relvados	227.944	371.624
Conservação e reparação	760.751	339.051
Deslocações e estadas	376.826	282.264
Honorários	377.238	268.462
Vigilância e segurança	261.656	247.530
Material desportivo	156.136	215.320
Seguros	111.828	110.415
Outros	672.890	653.121
	<u>6.636.266</u>	<u>7.467.085</u>

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui essencialmente: (i) gastos relacionados com a operacionalização e manutenção das instalações cedidas (Nota 17), a cargo da empresa do grupo Porto Estádio; e (ii) prestações de serviços administrativos, financeiros, jurídicos por parte da sociedade do grupo - Futebol Clube do Porto – Serviços Partilhados.

No exercício findo em 30 de junho de 2016, a rubrica “Outros serviços especializados” referia-se aos serviços de edição, produção e exibição de conteúdos relacionados com as modalidades geridas pelo FCP, o seu Museu, a sua história e outros eventos, decorrente do protocolo assinado entre a empresa relacionada FCP Media e o FCP Clube, entretanto descontinuado (Nota 14).

19 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Remunerações de atletas e equipas técnicas	2.817.942	2.368.471
Remunerações do pessoal	70.287	63.701
Benefícios pós-emprego	11.542	101.498
Encargos sobre remunerações	251.269	210.420
Outros	280.040	209.970
	<u>3.431.080</u>	<u>2.954.060</u>

O aumento dos gastos com o pessoal reflete essencialmente o esforço efetuado pelo clube na contratação de novos atletas para reforço dos plantéis das modalidades de andebol, hóquei patins e basquetebol.

20 DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	1.133.256	1.076.602
Propriedades de investimento (Nota 7)	423.920	419.004
	<u>1.557.176</u>	<u>1.495.606</u>

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Rendimentos suplementares:		
Royalties	39.548	40.965
Rendimentos de propriedades de investimento	82.323	84.795
Imputação de subsídios para o investimento	64.341	32.170
Outros rendimentos suplementares	19.960	21.112
Transferências de atletas	85.000	-
Outros	178.647	215.524
	<u>469.818</u>	<u>394.566</u>

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Cedência de quotas	-	13.571
Correções relativas a exercícios anteriores	5.197	-
Impostos	8.522	24.846
Dívidas incobráveis	41.184	-
Organização Taça Mundo e Europa de Bilhar	144.538	-
Outros	198	52.256
	<u>199.640</u>	<u>90.673</u>

23 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Juros suportados		
Financiamentos bancários	68.016	135.433
Outros financiamentos	-	-
Outros gastos de financiamento	-	36
	<u>68.016</u>	<u>135.469</u>

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Dividendos obtidos		
Outras entidades	11.683	17.983
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>11.683</u>	<u>17.983</u>

Os dividendos obtidos no exercício findo em 30 de junho de 2017 e 2016 dizem respeito aos dividendos distribuídos pela Porto Seguro.

24 PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Clube apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2017				2016		
	Contas a receber líquidas (Nota 10)	Total contas a pagar (Nota 14)	Diferimentos ativos (Nota 11)	Diferimentos passivos (Nota 16)	Contas a receber líquidas (Nota 10)	Total contas a pagar (Nota 14)	Diferimentos passivos (Nota 16)
Subsidiárias:							
Euroantas, S.A.	-	(403.117)	25.945	-	26.241	(575.434)	-
Investiantas, S.A.	21.050	-	-	-	16.050	-	-
FC Porto, Serviços Partilhados	-	(506.890)	-	-	-	(255.365)	-
FC Porto, Futebol SAD	-	(5.388.630)	-	(1.593.803)	128.300	(4.198.669)	-
Outras entidades relacionadas:							
Porto Comercial, S.A.	-	(2.297.741)	-	(6.375.000)	19.271	(2.307.796)	(7.916.980)
FC Porto Media	-	(260.890)	-	-	62.806	(5.844.705)	-
Porto Estádio, S.A.	-	(4.733.350)	-	-	-	(3.536.119)	-
Porto Multimédia, S.A.	53.108	-	-	-	51.037	-	-
Porto Seguro, Lda.	-	(274.280)	-	-	8.991	(166.907)	-
Dragon Tour, S.A.	-	(978.422)	-	-	1.310	(799.504)	-
Fundação Porto Gaia	-	(477.726)	-	-	-	(379.603)	-
Sportinveste, S.A.	-	-	-	-	27.034	(3.654)	-
	<u>74.158</u>	<u>(15.321.047)</u>	<u>25.945</u>	<u>(7.968.803)</u>	<u>341.040</u>	<u>(18.067.756)</u>	<u>(7.916.980)</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Clube apresentava as seguintes transações com partes relacionadas:

	2017				
	Vendas e serviços prestados (Nota 17)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Outros gastos e perdas (Nota 22)	Juros e rendimentos similares (Nota 23)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 23)
Subsidiárias:					
Euroantas, S.A.	-	154.483	-	-	-
Investiantas, S.A.	-	-	-	-	-
FC Porto, Serviços Partilhados	234.840	571.982	-	-	3.381
FC Porto, Futebol SAD	2.001.685	(197.924)	301	-	89.418
Outras entidades relacionadas:					
Porto Comercial, S.A.	2.393.345	555.018	(252)	-	44.258
FC Porto Media	234.840	(29.460)	(150)	-	-
Porto Estádio, S.A.	83.904	1.412.504	-	-	-
Porto Multimédia, S.A.	1.592	-	-	-	-
Porto Seguro, Lda.	34.656	-	-	11.683	-
Dragon Tour, S.A.	5.700	376.404	-	-	-
Fundação Porto Gaia	-	134.669	-	-	-
Sportinveste, S.A.	-	69.495	-	-	-
	<u>4.990.562</u>	<u>3.047.170</u>	<u>(101)</u>	<u>11.683</u>	<u>137.057</u>

	2016				
	Vendas e serviços prestados (Nota 17)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Outros gastos e perdas (Nota 22)	Juros e rendimentos similares (Nota 23)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 23)
Subsidiárias:					
Euroantas, S.A.	-	160.497	-	-	-
Investiantas, S.A.	-	-	-	-	-
FC Porto, Serviços Partilhados	234.840	495.723	-	-	-
FC Porto, Futebol SAD	2.154.545	58.928	15.773	-	83.767
Outras entidades relacionadas:					
Porto Comercial, S.A.	2.609.967	565.623	36.088	-	135.347
FC Porto Media	75.240	1.371.601	300	-	-
Porto Estádio, S.A.	83.904	1.298.978	-	-	-
Porto Multimédia, S.A.	1.289	-	-	-	-
Porto Seguro, Lda.	34.656	-	-	17.982	-
Dragon Tour, S.A.	5.700	325.417	-	-	-
Fundação Porto Gaia	-	132.332	150	-	-
Sportinveste, S.A.	-	56.395	-	-	-
	<u>5.200.141</u>	<u>4.465.494</u>	<u>52.311</u>	<u>17.982</u>	<u>219.114</u>

25 ACONTECIMENTO APÓS A DATA DO BALANÇO

Subsequentemente, a 30 de junho de 2017, não ocorreram acontecimentos relevantes para as demonstrações financeiras.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 19 de outubro de 2017. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia Geral de Sócios.

C. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Futebol Clube do Porto (o Clube), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 77.397.521 euros e um total de capital próprio de 43.055.396 euros, incluindo um resultado líquido de 747.057 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Futebol Clube do Porto em 30 de junho de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Clube nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Na sequência de prejuízos incorridos nos últimos anos pela participada Futebol Clube do Porto - Futebol, S.A.D. (cujos indicadores patrimoniais se encontram detalhados na nota 8 do Anexo), as demonstrações financeiras consolidadas do Clube, que são apresentadas em separado, apresentam um capital próprio negativo e um passivo corrente consolidado bastante superior ao ativo corrente consolidado. Tal como mencionado nas demonstrações financeiras consolidadas, estas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, prevendo-se a manutenção do apoio financeiro das instituições financeiras e outras entidades financiadoras, nomeadamente através da renovação e/ou reforço das linhas de crédito existentes, bem como o sucesso futuro das operações de alienação de direitos de inscrição desportiva de jogadores, tal como previsto nos orçamentos de exploração e tesouraria, o qual é essencial para o equilíbrio económico e financeiro da Futebol Clube do Porto - Futebol, S.A.D. e para o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos. No que diz respeito às demonstrações financeiras individuais do Clube, o Balanço apresenta também, em 30 de junho de 2017, um desequilíbrio entre o ativo corrente e o passivo corrente, sendo o peso das entidades do Grupo Futebol Clube do Porto - Futebol, S.A.D. neste passivo significativo, tal como detalhado na nota 24 do Anexo. Neste contexto, a exigibilidade do passivo com partes relacionadas dependerá do referido equilíbrio económico e financeiro da Futebol Clube do Porto - Futebol, S.A.D.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Clube de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Clube de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Clube.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Clube;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Clube para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Clube descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Clube, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 19 de outubro de 2017

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

D. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E DISCIPLINAR

***Aos Senhores Associados do
Futebol Clube do Porto***

Em cumprimento do disposto na alínea e) do número 1 do art.º 67º dos Estatutos, vimos dar parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direção do FUTEBOL CLUBE DO PORTO, com referência ao período de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Acompanhamos a atividade e verificamos com a extensão considerada necessária, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e dos Estatutos. A Direção e os Serviços prestaram-nos todos os esclarecimentos de que necessitámos para o desempenho das nossas funções. Realizámos reuniões com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias efetuadas.

Das verificações efetuadas, concluímos que:

- 1) O Relatório da Direção expressa, com suficiente clareza, a atividade do Clube durante o período considerado e projeções futuras;
- 2) As Bases de preparação, políticas contabilísticas adotadas e divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro são adequadas e encontram-se devidamente divulgadas no Anexo;
- 3) O Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do período

O Conselho Fiscal e Disciplinar congratula-se com os sucessos desportivos alcançados no Ciclismo, Hóquei Patins, Bilhar, Boxe, Basquetebol (Formação), Natação e Desporto Adaptado.

A nível do Futebol, ficou-se aquém das expectativas, sendo, contudo, de realçar a conquista e a boa prestação em provas internacionais, por parte do FCPorto B e dos Sub-19, respetivamente.

Em termos económicos há a realçar a recuperação alcançada no exercício, conseguindo o retorno a resultados líquidos positivos.

Nestes termos, tendo em consideração o referido anteriormente, somos de parecer que aproveis o Relatório e Contas referentes ao período de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, que apresenta um resultado líquido positivo de € 747.056,94.

Porto, 19 de outubro de 2017

O Conselho Fiscal e Disciplinar

E. OUTRAS INFORMAÇÕES**1. Movimento Associativo**

		<i>distribuição por categorias</i>	
Nº de Sócios em 30 de Junho de 2016	110 206	SENIOR	77 608
Admissões	7 205	Atleta	524
Recuperações	9	Correspondente	6 711
	7 214	Reformado	1 539
		Senior	68 834
Demitidos por falta de pagamento	242	JUNIOR	22 573
Pedidos de demissão	198	Atleta	590
Cheque sem provisão	1	Correspondente	530
Falecidos	79	Junior	21 453
	520	INFANTIL	16 697
Nº de Sócios em 30 de Junho de 2017	116 900	Atleta	79
		Correspondente	225
		Infantil	16 393
		SÓCIOS REMIDOS	12
		SÓCIOS HONORÁRIOS	2
		SÓCIOS EMPRESA	8
		TOTAL	116 900
		SÓCIOS ISENTOS DE QUOTA	334
		(nos termos do nº12 do Artº 28 dos Estatutos)	
		Ausência do País	9
		Desemprego	208
		Doença	115
		Serviço Militar	2

2. Títulos Honoríficos atribuídos em Assembleia Geral

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Sebastião Ferreira Mendes	12-09-1934
Ângelo César Machado	16-11-1940
Afonso Pinto Magalhães	29-01-1971
Américo Maria Coelho Gomes de Sá	09-11-1979
Cesário Mora Bonito	25-03-1983
Miguel Augusto Gonçalves Pereira	25-03-1983
Jorge Nuno de Lima Pinto da Costa	14-06-1994
Fernando Arnaldo Sardoeira Pinto	24-10-1994

SÓCIOS BENEMÉRITOS

António Cardoso Pinto de Faria	14-04-1932
Augusto Fernando Sequeira	07-09-1932
António Augusto de Figueiredo e Mel	12-09-1934
Alfredo Gonçalves Basto	09-11-1979

SÓCIOS HONORÁRIOS

José Guilherme do Carmo Pacheco	01-11-1913
José Sobrinho Gomes	06-10-1921
Artur de Oliveira Valença	06-10-1921
Carlos Viegas Gago Coutinho	26-10-1922
Sacadura Cabral	26-10-1922
Abel Aquino Júnior	30-06-1924
Brito Pães	28-08-1924
José Manuel Sarmento Beires	28-08-1924
Manuel Gouveia	28-08-1924
Francisco Sotto Mayor	28-08-1924
Norman Hall	28-08-1924
Sebastião Ferreira Mendes	28-08-1924
Domingos de Almeida Soares	28-08-1924
Câmara Municipal do Porto	19-10-1936
José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich	23-12-1952
Joviano de Medeiros Lopes	23-12-1952
Antão Santos da Cunha	23-12-1952
Domingos Cândido Braga da Cruz	23-12-1952
Luís José de Pina Guimarães	23-12-1952
Lucínio Gonçalves Presa	23-12-1952
António Luís Gomes	23-12-1952
Manuel José Cunha Júnior	23-12-1952
Cesário de Moura Bonito	23-12-1952
Miguel Augusto Gonçalves Pereira	23-12-1952
Júlio Ribeiro Campos	23-12-1952
Alberto Augusto Mendonça	23-12-1952
Aureliano Gonçalves Braga	23-12-1952
Miguel Guedes Bonito	23-12-1952
Marcelino Francisco da Conceição	23-12-1952
João Marques Pinto	23-12-1952
Juscelino Kubitschek	15-03-1958
José Carvalho Moreira de Sousa	15-03-1958
Afonso Pinto Magalhães	13-07-1962
José Maria do Nascimento Cordeiro	13-07-1962
Ponciano dos Santos Gomes Serrano	09-11-1979
Alfredo Ferreira Clemente	09-11-1979
Jorge Nuno de Lima Pinto da Costa	09-11-1979
Alexandre José Silva Rodrigues Magalhães	14-06-1985
Luís Teles da Cunha Roxo	14-06-1985
Ilídio Borges Pinto	14-06-1985
José Maria de Carvalho Pedroto	14-06-1985
João Havelange	18-07-1991
Reinaldo Costa Teles Pinheiro	24-10-1994
José Vieira de Carvalho	24-10-1994
Fernando Manuel Santos Gomes	27-05-1997
Adriano Pinto	27-05-1997
Adolfo Roque	27-05-1997
Lennart Johansson	28-10-2004



FC Porto

A VENCER DESDE 1893